



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE CIÊNCIAS HUMANAS
LICENCIATURA INTEGRADA EM HISTÓRIA E GEOGRAFIA

SAMUEL SILVA PEREIRA

**A IGREJA MEDIEVAL NOS MANUAIS DIDÁTICOS
(2000-2010)**

SANTARÉM
2018



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE CIÊNCIAS HUMANAS
LICENCIATURA INTEGRADA EM HISTÓRIA E GEOGRAFIA

SAMUEL SILVA PEREIRA

**A IGREJA MEDIEVAL NOS MANUAIS DIDÁTICOS
(2000-2010)**

Trabalho de Conclusão de Curso entregue a Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA, como requisito parcial para obtenção de título de Licenciado em História e Geografia, com ênfase em História, sob orientação do Prof. Dr. Douglas Mota Xavier de Lima.

SANTARÉM
2018

SAMUEL SILVA PEREIRA

**A IGREJA MEDIEVAL NOS MANUAIS DIDÁTICOS
(2000-2010)**

Data de aprovação: ___/09/ 2018.

Prof. Dr. Douglas Mota Xavier de Lima – Orientador
Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof.^a Dr.^a Ednea do Nascimento Carvalho – Avaliador
Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Me. Wilverson Rodrigo Silva Melo – Avaliador
Universidade Federal do Oeste do Pará

SANTARÉM
2018

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho, primeiramente, à minha mãe Maria, por ter sido a pessoa que mais me apoiou e acreditou em mim durante todo o meu percurso acadêmico e me ajudou nos momentos que eu mais precisei, seja de forma financeira, seja no conforto emocional.

Mãe, és minha principal referência.

Dedico também à memória de minha avó Emelina, pois foi com ela que aprendi o valor da minha fé e a refletir e acreditar que tudo acontece no momento certo, de acordo com os planos de Deus.

Dedico ainda à memória do meu avô Erminio, com quem eu aprendi a nunca baixar a cabeça e a seguir sempre firme em qualquer momento. Sua força e perseverança me fizeram ser uma pessoa mais forte.

Essa conquista não é minha, é nossa!

AGRADECIMENTOS

Minha gratidão primeiramente a Deus por ter me dado força, saúde e determinação durante todos os momentos do meu percurso acadêmico.

Agradeço imensamente à minha mãe Maria por sua capacidade de acreditar em mim e investir em mim. Mãe, seu cuidado e proteção foi o que me deram a esperança para seguir.

Aos meus irmãos que de forma direta ou indireta não mediram esforços para que eu chegasse até a esta etapa.

Ao professor Reinaldo Sales (Ensino Médio), um dos responsáveis por eu ter ingressado na UFOPA.

À minha amiga Priscila Brandão, pela amizade e companhia em todos os momentos vividos dentro e fora da universidade, pelo apoio e pelo carinho constante. A todos os meus colegas de turma que fizeram com que esses longos nove semestres valessem a pena.

Agradeço ao meu orientador Prof. Dr. Douglas Mota Xavier de Lima com quem partilhei o que era o broto daquilo que veio ser esse trabalho, que teve paciência e me ajudou bastante. Nossas conversas durante e para além da universidade foram fundamentais para conclusão desse trabalho.

Agradeço ainda ao Prof. Dr. Nilton Mullet Pereira (UFRGS) que me acompanhou e orientou durante o período de mobilidade acadêmica. Sou grato pelas contribuições e apoio na elaboração deste trabalho. Foi um imenso prazer conhecê-lo.

Gratidão ainda a todos os professores do curso pelos ensinamentos tão importantes para minha formação e a todos que de forma direta ou indireta contribuíram para que eu pudesse concluir essa graduação.

EPÍGRAFE

*“Eu prefiro ser essa metamorfose
ambulante do que ter aquela velha
opinião formada sobre tudo”*

(Raul Seixas)

RESUMO

O livro didático é uma realidade nas escolas públicas e privadas do Brasil, sendo, em meio aos diversos tipos de suportes pedagógicos surgidos nos últimos anos, o material predominante utilizado pelos professores no processo de ensino na educação básica. Seu uso como recurso em sala de aula implica diretamente na vida dos alunos, pois os manuais são os principais veiculadores de conhecimentos sistematizados e possuem um caráter normativo que constrói representações sociais e difunde valores e ideologias, as quais refletem diretamente na formação identitária dos alunos. Entretanto, os manuais didáticos tem sido alvo de críticas e preocupações por parte de pesquisadores atuantes na área do ensino. Como parte do processo, a história medieval ensinada nas escolas de ensino básico ainda percorre um caminho bastante tradicional. Exemplo disso são os processos de generalizações, silenciamentos, exaltações e até mesmo exclusões de períodos e personagens que compõem a história. Neste sentido, o presente trabalho tem por objetivo compreender como a Igreja medieval tem sido trabalhada nos manuais didáticos do ensino fundamental. No estudo foram analisados cinco livros didáticos produzidos no Brasil e aprovados pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), entre 2000 e 2010.

Palavras-chave: Livro Didático. Igreja. Idade Média.

SUMÁRIO

Introdução.....	p.8
Capítulo 1. O livro didático como política pública.....	p.11
Capítulo 2. Idade Média, Ensino de História e Livros Didáticos.....	p.21
Capítulo 3. A Igreja Medieval nos manuais didáticos.....	p.31
Considerações finais.....	p.44
Referências bibliográficas.....	p.47
Anexos.....	p.49

INTRODUÇÃO

O contexto educacional brasileiro, em todos os níveis, vem sendo marcado por uma série de mudanças nos últimos anos. Nesse quadro, destacam-se propostas como a reforma do Ensino Médio e a criação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), medidas que atingem diretamente não apenas o ensino de História, como também as outras disciplinas. A partir disso, novas discussões são levantadas a respeito da educação nacional e evidencia-se a necessidade de se considerar novas abordagens relacionadas a temática. No Brasil, as políticas sobre a educação vêm buscando aprimorar o ensino nas escolas não somente nas atividades práticas, mas também nos materiais usados em sala de aula. Nesse sentido, no que tange aos materiais, o livro didático permanece em pauta como um dos elementos centrais da discussão.

O livro didático é uma realidade evidente nas escolas brasileiras, visto que é o instrumento pedagógico predominante utilizado pelos professores no processo de ensino. O seu uso como recurso didático em sala de aula implica diretamente na vida dos alunos, pois os manuais são os principais veiculadores de conhecimentos sistematizados, constituindo o “produto cultural de maior divulgação entre os brasileiros que têm acesso à educação escolar” (FONSECA, 2003, p.49). Os livros possuem um caráter normativo que constrói representações sociais e difunde valores e ideologias, as quais refletem diretamente na formação identitária dos alunos. Deste modo, percebe-se a necessidade de refletir sobre a escrita da história presente nos livros didáticos visando que o material, ao invés de trabalhar a apropriação acrítica de conteúdos e valores, possa proporcionar a chance de “produção de conhecimento, reflexão e compreensão das relações estabelecidas entre os acontecimentos, os sujeitos históricos e as coletividades no tempo” (SILVA, 2011, p, 11).

Entendendo o livro didático como ferramenta fundamental na prática do ensino e tendo como referência o livro *Possíveis Passados: representações da Idade Média no ensino de História* (2008), de Nilton Mullet Pereira e Marcelo Paniz Giacomoni, em especial a noção de “dispositivo de medievalidade” cunhada pelos autores, busca-se analisar como a Igreja medieval está sendo apresentada nos manuais didáticos. Ademais, procura-se comparar o discurso presente nos diferentes livros didáticos sobre a Igreja medieval e compreender os fundamentos que estruturam as abordagens da Igreja nesses manuais.

Para a presente pesquisa foram selecionados cinco manuais didáticos de história do acervo disponível no Laboratório de História da Universidade Federal do Oeste do Pará, produzidos entre 2000 e 2010. A análise leva em consideração as seguintes obras¹:

- ❖ *História, Sociedade e Cidadania* de Alfredo Boulos Júnior, 6ª série do ensino fundamental. São Paulo: FTB, 2004;
- ❖ *História, conceitos e procedimentos*, de Ricardo Dreguer e Eliete Toledo, 7ª ano do ensino fundamental. São Paulo: ATUAL, 2006;
- ❖ *Projeto Araribá: História*, de Maria Raquel Apolinário, 7ª ano do ensino fundamental. São Paulo: Moderna, 2007;
- ❖ *História: das cavernas ao terceiro milênio: Da formação da Europa medieval à colonização do continente americano*, de Patrícia Ramos Braick e Myriam Becho Mota, 7ª ano do ensino fundamental. Moderna. 2ª edição. São Paulo, 2006;
- ❖ *História em documento: Imagem e Texto* (2009), da professora Joelza Ester Domingues, 7ª ano do ensino fundamental. FTD, 1ª edição – São Paulo, 2009.

Ao longo do trabalho, vê-se o livro didático em suas diversas dimensões, seja como objeto pedagógico e mercadológico, como discutido por Circe Bittencourt (2008), seja como veiculador de conhecimentos sobre a história e, especificamente, sobre a história medieval, como estuda Nilton Mullet Pereira (2007). Para isso, a metodologia se baseou no levantamento de estudos relacionados ao tema, na produção de fichamentos temáticos para cada um dos manuais selecionados e numa abordagem comparativa entre essas obras para entender qual a proposição de cada uma em relação ao papel da Igreja no medievo.

Em relação aos elementos gerais relacionados aos livros didáticos, como as políticas públicas, o papel do PNLD e a discussões sobre os manuais na educação escolar, o Capítulo 1 “O Livro Didático como política pública” visa compreender o processo de formação do atual programa que gerencia a avaliação e distribuição de livros didáticos no Brasil, o PNLD, destacando sua trajetória como política de melhoria

¹ Ressalta-se que, segundo os dados do PNLD 2017, as coleções *História, Sociedade & Cidadania* e *Projeto Araribá*, permanecem entre as coleções mais distribuídas pelo programa no país. Dados disponíveis em: <http://www.fnnde.gov.br/programas/programas-do-livro/livro-didatico/dados-estatisticos>. Acesso em 05/08/2018.

da educação através das obras didáticas escritas, até chegar à atual estrutura do programa.

Observa-se que estudos sobre a Idade Média vêm ganhando espaço em meio às pesquisas científicas no Brasil, no entanto, no que tange as investigações sobre o ensino de História Medieval as produções ainda se encontram sob um percentual pequeno, sendo um dos principais exemplos a obra de Nilton Mullet Pereira e Marcelo Paniz Giacomoni (2008). Assim, ressalta-se a importância de evidenciar novos estudos sobre a temática e identificar as proposições dos autores acerca dos manuais, questões que norteiam o Capítulo 2 “Idade Média, Ensino de História e Livros didáticos”.

No tocante a Igreja, é conclusiva a importância e participação dela na Idade Média, chegando a ser considerada como o motor e a instituição dominante do período medieval (BASCHET, 2006). A Igreja abrangeu diversos setores da sociedade, seja ele político, econômico, administrativo e, claro, religioso. Durante a Idade Média, ela desenvolveu mecanismos diversos para se tornar a instituição dominante, tanto ampliando e consolidando sua grande riqueza, como alcançando as pessoas através da conversão, que ia da pregação, e em determinados casos, ao uso da força.

O papel da Igreja na Idade Média é amplamente estudado pela medievalística, porém as proposições historiográficas recentes tendem a não se fazer presentes nos manuais didáticos. Pensando nisso, a intenção da presente pesquisa não é julgar, muito menos desqualificar as obras analisadas, apontando possíveis correções e procurando encontrar um livro didático ideal e especializado. Antes, o estudo procura desenvolver uma reflexão sobre os discursos a respeito da Igreja Medieval nos livros didáticos, entendendo que tais discursos estão sujeitos a variações de conteúdo e enfoque, e estabelecem relações com tendências teórico-metodológicas nem sempre explícitas.

Deste modo, partindo de um “tema canônico” como a Igreja e da noção de “dispositivo de medievalidade” (PEREIRA & GIACOMONI, 2008), o capítulo 3 “A Igreja medieval nos manuais didáticos” visa compreender como os livros didáticos têm construído uma memória social acerca da Igreja medieval, privilegiando alguns enfoques em detrimento de outros e, conseqüentemente, criando uma percepção da Igreja medieval para os estudantes da educação básica, além de apontar para a busca de uma compreensão atualizada da ideia de Idade Média e de suas particularidades.

CAPÍTULO 1.

O LIVRO DIDÁTICO COMO POLÍTICA PÚBLICA

De uma forma geral, o livro didático corresponde a uma ferramenta de suporte, não apenas de conteúdo, mas também um aparelho pedagógico que toma parte diariamente da vida dos professores e alunos. Por possuir tal importância na vida escolar, os discursos trazidos pelos livros didáticos de História passaram a receber mais atenção por parte das instituições responsáveis pelo ensino no Brasil. Desde sua inserção em 1934 até a década de 1990, esse importante suporte educacional foi pautado em um método de ensino tradicional, cujo conteúdo era baseado no repasse de datas, na consolidação dos acontecimentos, além da narração da história dos grandes homens. Assim, diante da importância que ele assumiu, passou a ser mais visado pelos estudiosos. Sobre isso, Nilton Pereira afirma que:

O papel que o manual didático assumiu no ensino básico, justifica a importância das análises realizadas acerca do livro didático no Brasil e em outros países. Tais análises abordam o papel desse instrumento na vida cotidiana da escola, o seu caráter ideológico, as implicações teóricas e metodológicas relacionadas à produção e à seleção de determinadas publicações por parte dos professores, e as tendências epistemológicas e teóricas, implícitas ou explícitas em cada publicação (PEREIRA, 2007, p.2).

Não há dúvidas de que o texto (didático ou não) é elemento essencial para fundamentar o ensino nas escolas. Com isso, o autor entende que:

Acreditar nisso significa reconhecer o seguinte: o texto é elemento essencial do ensino de história, pois ele é o veículo que, numa sociedade como a nossa, o conhecimento se socializa e se torna acessível aos mais diversos grupos sociais. O texto didático, particularmente, muitas vezes, é o único elo de ligação que boa parte da sociedade tem entre a sua realidade e sua memória e as descobertas da pesquisa histórica (PEREIRA, 2007, p. 2)

No Brasil, o livro didático surge durante o período do Estado Novo (1930-1945), sob o governo de Getúlio Vargas. Desde então, passaram a serem criadas políticas públicas em torno do livro didático. A primeira delas foi a criação do Instituto Nacional do Livro (INL), em 1929, mas que começou suas atividades somente em 1934. Pode-se

afirmar que o INL foi o “estopim” para a legitimidade do livro didático no Brasil. No ano de 1938, o livro didático entra na pauta do governo, e então, é estabelecida a Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD). Esse programa foi o primeiro, em específico, a realizar o controle de produção e circulação desse material no país.

Até a criação do Programa Nacional do Livro Didático, outros programas foram surgindo. Entre eles, com a finalidade de coordenar as questões relacionadas à produção, edição e distribuição dos manuais, surge em 1966, a Comissão do Livro Técnico e Livro Didático (Colted). O programa nasce de um acordo entre o Ministério da Educação (MEC) e a Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (Usaid), o que garantiu ao MEC recursos para distribuição de 51 milhões de livros durante três anos². Posteriormente, assumindo questões financeiras e administrativas, em 1971, o INL desenvolve o Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental (Plidef). Por conseguinte, para substituir o INL e ampliar as funções do programa, o governo cria a Fundação Nacional do Material Escolar (Fename).

Seguindo essa linha, foi criada, em 1983, a Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), que vem substituir a Fename. Uma das características da FAE é que os responsáveis pelo programa passam a sugerir que os professores comecem a fazer parte da escolha e seleção dos materiais que serão distribuídos para as escolas. Por fim, em 1985, o governo cria o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), atual programa de controle e fiscalização de livros didáticos no Brasil. Após o cumprimento de atividades preliminares, “a partir de 1996, o Estado brasileiro implementou o PNLD, e passou a exercer uma fiscalização efetiva sobre a qualidade dos livros didáticos distribuídos na rede pública de ensino em todo o país” (SILVA, 2011, p.8).

As primeiras disciplinas levadas em consideração na distribuição de livros didáticos foram as de Língua Portuguesa e de Matemática, em 1995. No ano seguinte, os livros contemplados foram nas áreas de Ciências e, somente em 1997, foram distribuídos para as escolas os livros de História e Geografia. O estudo de Marcelo Soares Pereira da Silva (2017) apresenta de forma detalhada o caminho das políticas públicas em torno do livro didático até os dias atuais, destacando características particulares de cada órgão criado pelo Estado para atender as demandas de assistência estudantil para com os materiais didáticos em questão.

² Informações coletadas no site oficial do FNDE: www.fnde.gov.br.

Percebe-se a partir desta visão panorâmica dos programas governamentais relativos aos livros didáticos que estas políticas vêm se destacando não somente no cenário da educação, mas chegando também, e com intensa participação, no contexto econômico nacional, sendo o livro didático um produto de caráter mercadológico, como destaca Circe Bittencourt (2008)³. Em uma visão geral, a criação destes órgãos ao longo dos anos não surge apenas como mais um programa relacionado a educação, mas como um meio necessário contra a propagação de discursos sociais, econômicos, culturais e, acima de tudo, ideológicos, que por muito tempo perduraram nas salas de aula e que a partir de 1934, quando da inserção dos manuais didáticos nas escolas brasileiras, se propagou também através deles, elementos estes que por possuírem caráter positivista não davam aos alunos a ocasião de um conhecimento diversificado, limitando-se a meios cristalizados de conhecer os conteúdos históricos. Não obstante, destaca-se que o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), formatado entre meados dos anos 1980 e inícios da década seguinte, constitui o principal programa relativo a tais materiais e, por estas características, será o foco das reflexões a seguir.

1.1. O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD)

Como demonstra Aléxia Franco, a partir dos anos 1990, os livros didáticos de História passaram por importantes transformações, reconstruindo a forma como são trabalhados os conteúdos históricos. Tais mudanças se devem, em especial, as avaliações que passaram a ser feitas pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), implementado em 1996 pelo Ministério da Educação. O programa tem o intuito de avaliar o material didático distribuído pelo governo federal para as escolas públicas brasileiras (FRANCO, 2014, p. 143).

O PNLD é o maior programa de material didático existente no mundo e atua como ferramenta de controle contra a propagação do método tradicional de ensino, que se perpetuou no Brasil durante os séculos XIX e XX. Além disso, cabe a ele o combate às questões ligadas ao preconceito de gênero, classe ou raça, e trabalha também contra estereótipos sobre grupos étnicos. Com isso, o PNLD tem buscado através do livro

³ Circe Bittencourt aponta para uma discussão importante acerca do livro didático, o seu contexto mercadológico, um produto de comércio. Entende-se este como um produto pelo quais as editoras veem um próspero e lucrativo negócio. A partir disso, a autora destaca elementos que fazem parte do processo de produção, divulgação e venda dos manuais não mais que um ciclo de atividade que tende a atender uma dada demanda, deixando de se pensar a importância do objeto para a educação.

didático dar ao ensino de História uma nova face, renovando as formas de se pensar e se fazer história.

De acordo com a autora, a seleção e distribuição dos livros pelo PNLD ocorrem da seguinte maneira:

as editoras enviam livros para serem avaliados segundo os critérios do PNLD divulgados em edital e suas características físicas e técnicas são avaliados pelo Instituto de Pesquisa Tecnológicas (IPT) do estado de São Paulo. Aqueles livros aprovados são avaliados em seus aspectos conceituais e metodológicos por um grupo de especialistas de cada área de conhecimento escolhidos pela Secretaria Educação Básica do MEC. Os resultados da avaliação são socializados para as várias escolas do Brasil, por intermédio do Guia do Livro Didáticos, para que o grupo de profissionais de cada estabelecimento de ensino selecione entre os livros aprovados pelo programa quais quer adotar e os solicite ao governo, que, por sua vez, compra-os das editoras, que os distribuem para as escolas; estas os utilizarão por, no mínimo, três anos, quando se reinicia o processo (FRANCO, 2014, p.144).

Ainda sobre a questão, Franco afirma que:

todo o processo de avaliação do livro didático é feito por equipes de pareceristas nomeados pelo MEC, na maioria das vezes, mais vinculados ao ensino superior do que à educação básica. Os professores que adotam os livros e os utilizam no dia a dia participam apenas da escolha dos livros previamente selecionados por aquelas equipes, cujas sínteses de seus pareceres são divulgadas no Guia do Livro Didático (FRANCO, 2014, p. 146).

Por ser um instrumento que será utilizado pelo professor durante grande parte de sua trajetória docente, o livro didático passa a significar um meio importante para auxiliar as aulas e, assim, tende a ser de total interesse de grande parte dos professores que utilizam deste material. A escolha do material feita por uma comissão formada para atender especificamente essa demanda, conta com grande parte de profissionais ligados ao ensino superior. Em maior ou menor grau essa questão pode influenciar na qualidade do ensino, visto que a área de atuação dos profissionais que fazem a avaliação tende a ser diferente da área de atuação dos professores que farão uso do livro didático, sendo este destinado para a educação básica. Assim, esse detalhe pode ter influência direta na metodologia e nas práticas pedagógicas dentro das escolas, se levarmos em consideração os diferentes modos de ensino existentes nas diversas áreas de atuação docente.

Qual a participação do professor na escolha do material didático que ele irá usar? Como já exposto, segundo Alexia Franco, o professor entra em uma pós-seleção dos manuais que já foram avaliados pela comissão do PNLD. Se por um lado a avaliação por profissionais ligados ao nível superior se faz importante por atender especificidades ligadas aos diversos ramos da história, por outro a participação dos profissionais atuantes no estabelecimento de ensino viria a somar, visto que são eles quem farão uso desse material durante o período de duração de cada obra. Além disso, buscarão usa-lo da forma que se entender apropriado e necessário, levando em consideração as condições de seu espaço de trabalho, pois: “esses materiais possuem um caráter normativo e constroem representações sociais, difundindo valores e ideologias que refletem diretamente na formação identitária do aluno” (SILVA, 2011, p. 9-10).

Diante disso, as transformações trazidas pelo PNLD fizeram com que as editoras passassem a ter um maior grau de preocupação na elaboração dos livros didáticos, já que este representa a maior parte da sua produção. Sobre as transformações do programa, Miranda e Luca acrescentam que:

Não são admitidos livros com erros de informação, de conceitos ou com desatualizações graves. Também são excluídos manuais que reproduzam preconceitos de gênero, condição social, etnia ou quaisquer formas de proselitismo, além de incoerências metodológicas graves entre a proposta explicitada e aquilo que foi efetivamente apresentado ao longo da obra (MIRANDA & LUCA, 2004, p. 127 apud SILVA, 2011, p. 2004, p. 8).

Os métodos de avaliação do programa feitos a partir de comissões formadas para cada área de conhecimento das disciplinas passaram a ser mais criteriosos. Para entender melhor, o PNLD de 1997 e 1998 excluía de sua lista todos os manuais que possuíssem algum tipo de conteúdo inapropriado para a educação e para a formação cidadã do aluno, o que representava para os autores e editoras um grande descompasso. Sobre essa questão, nos atentemos as palavras de Franco:

Ser reprovado nas avaliações do PNLD significava grande prejuízo para as editoras e seus autores, pois, apesar de a venda de livros para o MEC não gerar grandes lucros, as avaliações do PNLD são usadas pelas escolas particulares como parâmetro para suas escolhas e compras de material escolar (FRANCO, 2014, p. 154).

A exigência então foi que os livros passassem a usar novas formas de se trabalhar os conteúdos de História baseados no desenvolvimento do raciocínio crítico, na habilidade investigativa dos alunos, e a trabalhar a história a partir de diferentes interpretações, não mais se limitando a construção e leitura de discursos cristalizados ao longo do tempo.

Segundo Franco, essa renovação do ensino através do livro didático iniciou nas editoras um processo de elaboração e reelaboração das coleções voltadas em grande parte para o ensino público brasileiro. A autora afirma que as editoras começaram a buscar profissionais com formação e conhecimentos mais atualizados com as renovações historiográficas para atuar na elaboração das coleções. O intuito era trazer para as coleções a história dos grupos excluídos, a pluralidade cultural e buscar trabalhar a existência de diferentes grupos sociais. No entanto, Bittencourt adverte-nos sobre esses grupos excluídos, dando ênfase para as populações negras e indígenas. Para ela, a crítica dever ser pautada na forma como os dois grupos aparecem nos discursos didáticos, partindo do pressuposto de que em grande parte eles surgem de forma “deformadora e incompleta”. A autora também aponta para a ausência da historiografia desses grupos nos manuais (BITTENCOURT, 2008, p. 305).

Trata-se de uma mudança não apenas de cunho metodológico, mas que abrange também os conteúdos pedagógicos. Nesse contexto, é preciso levar em consideração os possíveis impactos que essas transformações nos livros trarão para a sala de aula. Na área de história, as mudanças nos conteúdos dos livros didáticos podem expressar certos problemas e adaptações se levarmos em consideração a formação dos profissionais que atuam em cada período. Por exemplo, nos anos iniciais do ensino fundamental, ou seja, do primeiro ao quinto ano, as aulas são ministradas por pessoas que não possuem formação específica na disciplina, o que já não ocorre no segundo ciclo, onde os professores possuem formação peculiar na área que atuam. Diante disso, a formação do professor é algo que também precisa ser discutida, pois mesmo diante de uma boa obra didática, o despreparo do professor pode influenciar diretamente na qualidade do ensino e a culpa pode continuar recaindo sobre o livro didático.

A parte mais importante da comunicação é o receptor, aquele que recebe a mensagem, e “por essa razão as editoras criam mecanismos de sedução juntos aos professores” (BITTENCOURT, 2008, p. 311). Mas é preciso compreender como está sendo a formulação dos manuais didáticos a partir da relação autor/editora em diversos

contextos. Baseado nas ideias de Darnton, Chartier e Alcalá, Luiz Carlos Villalta ressalta a importância de se pensar as distâncias entre autores e editora, orientando que:

Se atente para a distâncias e tensões existentes entre a ação de autores e editoras, entre o texto, o que foi escrito pelos autores, e o impresso, aquilo que produzido pelos editores – estes, muitas vezes, para se aproximarem do que julgavam serem as expectativas dos leitores ou para atenderem as determinações da Igreja e do Estado, censuravam as alusões tidas como contrárias aos interesses dos últimos ou como blasfemas e heréticas, e alteravam substantivamente os livros, encurtando-os, suprimindo trechos e capítulos supérfluos, simplificando enunciados, modificando a estruturação dos períodos e dos parágrafos, acrescentando títulos e resumos (VILLALTA, 2001, p. 3).

É preciso destacar que a produção didática no Brasil passa por diferentes fases e sofre interferências de vários ângulos. Todo o processo de produção dos livros didáticos desde seu início até o momento da venda envolve profissionais ligados a diferentes setores, seja no trabalho de produção do discurso, na inserção das imagens, seja na elaboração das atividades a serem feitas pelos alunos, ou na sua venda. Todas as interferências fazem do livro didático um mosaico de conteúdo e interpretações que podem alterar sua forma primária.

Tabela 1. PNLD 2017

Ano do PNLD	Atendimento	Escolas Beneficiadas	Alunos Beneficiados	Exemplares	Valores (R\$)
					Aquisição
	Ensino Fundamental: 1º ao 5º ano	96.632	12.347.961	39.524.100	319.236.959,79
	Ensino Fundamental: 6º ao 9º ano	49.702	10.238.539	79.216.538	639.501.256,49
PNLD 2017	Subtotal: Ensino Fundamental	111.668	22.586.500	118.740.638	958.738.216,28
	Ensino Médio: 1ª a 3ª Série	20.228	6.830.011	33.611.125	337.172.553,45
	Total do PNLD 2017	117.690	29.416.511	152.351.763	1.295.910.769,73

Fonte: FNDE, 2018. Disponível em <http://www.fnde.gov.br/programas/programas-do-livro/livro-didatico/dados-estatisticos>

Franco oferece um relevante exemplo acerca do processo de adaptação dos manuais didáticos ao PNLD. A coleção *Viver e aprender história*, do professor Elian Lucci, discutida por Franco, é um dos exemplos de “renovação” das formas de se trabalhar o ensino de história através dos manuais didáticos. A autora afirma que, por

mais de duas décadas, o professor Elian elaborou livros de Estudos Sociais, Educação moral e cívica, História e Geografia que cogitavam “verdades inquestionáveis e fragmentadas voltadas para a formação de cidadãos dóceis e para a manutenção da ordem vigente, com se ela fosse harmônica e justa” (FRANCO, 2014 p. 153). Depois de ter sua coleção não recomendada pelo MEC, o professor, junto com outros profissionais, buscou reformulá-las com o intuito de fazer com que fossem avaliadas de forma positiva, e assim fossem recomendadas pelo PNL D. Segundo Franco, uma das tentativas de encaixar os livros didáticos nos critérios de avaliação do PNL D e dos PCN’s foi a ampliação das fontes. Foram inseridos nas obras novos tipos de fontes históricas, reportagens de jornais, poesias e obras literárias, além de pinturas de artistas reconhecidos mundialmente. Sobre isso, cabe nos atentarmos as palavras de Bittencourt ao afirmar que:

Inspirados em obras estrangeiras, francesas sobretudo, que organizam os chamados “dossiês”, nos quais é apresentada uma série de dados adicionais ao texto principalmente do capítulo, os manuais didáticos, de maneira geral, têm-se esmerado na inclusão de documentos. Estes são de natureza diversa, destacando-se excertos de notícias de jornais, de obras literárias, de obras de historiadores e letras de música, além de ilustrações, gráficos, mapas e dados estatísticos (BITTENCOURT, 2008, p. 310).

De acordo com Franco, as fontes inseridas pelo professor Elian Lucci não eram problematizadas, nos textos do professor não havia um discurso onde elas fossem confrontadas para se trabalhar os diversos aspectos e contradições existentes no documento. Dessa forma, a documentação era tida como fonte de verdades inquestionáveis, mantendo um nível de ensino que vem se “preservando” nos manuais há anos.

Hoje, além dos livros, é possível identificar uma diversidade de materiais didáticos que se inserem nas escolas públicas e privadas brasileiras. Mas é preciso entender as diferenças entre cada uma delas. Bittencourt (2008) apresenta tal diferença e a forma como estão divididas, afirmando que as mesmas se encaixam em dois setores denominados “suportes informativos” e “documentos”. No primeiro, se enquadra todos os materiais produzidos especificamente para levar aos alunos o saber das disciplinas. Nele se insere todas as coleções de livros didáticos, assim como os paradidáticos, os dicionários, atlas, apostilas, CD’s e DVD’s, e materiais de computador. Todos eles fazem parte da indústria cultural e se inserem no sistema mercadológico. Eles são

produzidos de acordo os critérios do ensino para atender as demandas e necessidades de sala de aula.

Por outro lado, os documentos se diferem por serem produzidos não especificamente para as escolas e não possuem intenção didática. Eles são/foram produzidos para atender um público mais amplo e individualizado. Dos documentos fazem parte filmes, lendas, poemas, contos, músicas, pinturas, etc. (BITTENCOURT, 2008, p.296-297). Sua escolha e utilização dependem da forma que cada professor pretende usá-lo. Essa gama de material, de certa forma, atua como facilitador de aprendizagem, mas cabe destacar que, de forma geral, o livro didático ainda é o principal recurso usado pelo professor em sala de aula.

Entende-se que apresentar uma discussão da trajetória e alguns elementos que caracterizam o livro didático, em suas especificidades, aponta para questões que norteiam o uso desse recurso nas escolas por professores e alunos. Autores como Circe Bittencourt e Alexia Franco ao fazerem importante reflexão sobre o assunto nos fazem pensar como esse material vem se transformando ao longo dos anos para atender a demanda da educação nacional e junto a isso melhorar o ensino através das produções didáticas. Em virtude disso, entendendo o PNLD como estrutura responsável em atender tais demandas, a discussão feita em torno das políticas públicas relacionados aos materiais didáticos é importante para compreender como o Plano Nacional do Livro Didático funciona em suas especificidades e métodos de atuação.

Entretanto, a intenção deste trabalho não é investigar como o programa atua de forma minuciosa nas entrelinhas da educação nacional, mas saber que este faz parte e se insere no contexto educacional do país, sendo o responsável por avaliar a qualidade de cada obra e distribuir os livros didáticos para as escolas públicas brasileiras. A partir disso busca-se entender como os conteúdos históricos estão sendo trabalhados dentro dos livros avaliados pelo PNLD. Parte-se do pressuposto de que os livros didáticos usados diariamente em sala de aula são fontes que influenciam diretamente na vida do aluno e muitas vezes serão a única fonte histórica que este terá acesso (SILVA, 2011, p. 9), assim justifica-se a relevância de se analisar uma parcela dos conteúdos que perpassam pelo livro didático e chegam aos alunos.

Em suma, embora a presença do PNLD seja constante na avaliação dos manuais, é possível perceber que nos últimos anos inúmeros estudos sobre o livro didático e seus conteúdos vêm surgindo no Brasil. Não obstante, vale ressaltar que um dos temas que vem ganhando espaço se baseia no estudo sobre a Idade Média, posto que, segundo

Nilton Mullet Pereira (2007), “parece haver duas Idades Médias que circulam no imaginário da nossa sociedade: uma delas é difundida através das escolas e, obviamente, das publicações didáticas usadas para o ensino de história”. Assim, novas discussões são levantadas a respeito dos estudos relacionados a esse período e evidencia-se a necessidade de se considerar novas abordagens relacionadas à temática. Ademais, entendemos que os estudos sobre a Idade Média vêm ganhando espaço em meio às pesquisas científicas que surgem no âmbito da história com disciplina escolar, no entanto, no que tange aos discursos sobre o papel histórico da Igreja nesse período, as produções ainda se encontram sob um percentual pequeno, tendo como exemplo a obra de Nilton Mullet Pereira e Marcelo Giacomoni (2008), que evidencia os principais discursos sobre o medievo e o papel da Igreja através dos livros didáticos.

Desse modo, propõe-se discutir a Idade Média através dos manuais didáticos de história, dando ênfase ao papel histórico da Igreja Católica, a fim de compreender como os autores tem trabalhado a presença dessa instituição no medievo. Além disso, sem dúvidas, os estudos da Idade Média contemplam características importantes para entendermos a sociedade em suas diversas dimensões, sendo a Igreja importante força política do período em questão.

CAPÍTULO 2.

IDADE MÉDIA, ENSINO DE HISTÓRIA E LIVROS DIDÁTICOS

2.1. A Idade Média no Ensino de História

Não é novidade que o ensino de história, de forma geral, ainda hoje passa por lacunas. Nesse quadro, os estudos que remetem à Idade Média também possuem suas inquietações, e isso se dá pelo fato desse período estar sendo pensado sob diferentes vieses e das mais variadas formas. O medievo tem sido uma temporalidade privilegiada em filmes, séries, revistas, novelas, etc., onde o que predomina é quase sempre uma história dos grandes homens, grandes feitos e acontecimentos, sem contar o que existe de mais fantasioso nesse cenário, como dragões, bruxas, unicórnios e tudo aquilo que em certa parte faz do medievo um atrativo aos olhos sociais, o que em maior ou menor grau acaba por afetar, ou construir, os pensamentos que se tem sobre o período. Na cultura escolar essa percepção não é diferente.

No texto “Repensando a Idade Média no Ensino de História”, José Rivair Macedo (2008) faz um panorama crítico geral de como é pensada a Idade Média na cultura escolar e, a partir disso, faz apontamentos acerca de mudanças fundamentais que tendem a melhorar o tratamento que se dá ao período sob a lógica do ensino e cultural. Nessa via, promove uma reflexão sobre a questão que ele vem a chamar de uma “descolonização do ensino da Idade Média”. Macedo destaca que o recorte espacial usado para o período medieval abarca, comumente, apenas a Europa medieval, com poucas referências às sociedades muçulmanas e bizantinas, por exemplo, vistas geralmente em suas relações com a Europa e o Mediterrâneo. Além disso, ao tratar do Ocidente europeu, a ênfase é posta no caso francês e inglês, generalizados como referências para a Europa e toda a Idade Média. Assim, deixa-se em segundo plano informações relativas ao Norte da Europa e às regiões escandinavas, ao Leste europeu e à região dos Balcãs e à Península Ibérica. Para Macedo, a ampliação do estudo da experiência ibérica é particularmente importante e, deste modo: “faz muito sentido compreender a formação dos povos ibéricos, pois isso nos permite compreender melhor nossas características herdadas, parte do nosso modo de ser e de pensar” (MACEDO, 2008, p. 6).

Nesse cenário também merece atenção as contribuições de Nilton Mullet Pereira para com o ensino de história medieval nas escolas. No artigo “Imagens da Idade Média na cultura escolar (2009)”, Pereira parte do pressuposto de que a memória coletiva sobre medievo, ou o senso comum, de caráter fantasioso, não é a mesma que circula no ambiente escolar, embora ambas tendam a ser insuficientes ao tratarem do período. O autor afirma que “há uma diferença bastante significativa, portanto, entre o que o senso comum e a escola imaginam sobre a Idade Média. Na escola, esse período é muito mais tenebroso, bem menos lírico, mais seco e menos fantástico” (PEREIRA, 2009, p. 118).

Dentro das escolas e fora delas, o ensino da história medieval tem ganhado novos ares e formas de aprendizagem através de recursos que antes não se viam exclusivamente direcionados a práticas educacionais escolares. Hoje os materiais didáticos estão se diversificando cada vez mais e em grande parte ajudando a melhorar a aprendizagem do conteúdo histórico escolar. Esses novos meios de interação do ensino é o que Circe Bittencourt (2008) chama de suportes informativos⁴. Dentro desse quadro se encontram produções de vídeos, séries, animações e jogos (de tabuleiro ou online), que servem como alicerce de discussão no ensino de História. Como um bom exemplo pode-se citar o jogo *Mount & Blad: Warband*, desenvolvido pela empresa turca TaleWorlds Entertainment, um jogo onde o jogador pode experimentar o melhor exemplo do que seria uma batalha da Idade Média, e o mais importante, sem a presença de armas de fogo e magia.

A respeito disso merece atenção a obra de Nilton Mullet Pereira e Marcelo Paniz Giacomoni *Jogos e Ensino de História* (2013), que discute como esse meio pode influenciar na melhoria do ensino de História nas escolas. Na obra, além de reflexões teóricas e metodológicas amplas acerca dos jogos e da utilização de jogos no ensino de história, os autores trazem exemplos de jogos produzidos pelo grupo de pesquisa relacionados ao medievo e um “passo a passo” para a elaboração de novos jogos.

Outro modo de deixar o ensino de história mais didático e atrativo aos alunos são as histórias em quadrinhos (HQ's), cujas produções tem tido cada vez maior presença dentro das salas de aulas. Esse recurso, como argumenta Douglas Lima (2017), “pode ser mais do que apenas ilustração para a aula de História”, podendo contribuir para a ambientação de elementos espaciais e materiais do passado e, antes de tudo, para a compreensão dos usos do passado pela sociedade contemporânea. Outrossim, segundo

⁴ Bittencourt afirma que são suportes informativos todos os recursos produzidos com a intenção de comunicar elementos do saber das disciplinas escolares.

Johnni Langer, no estudo “O ensino de história medieval pelos quadrinhos”, pode servir para a discussão sobre os estereótipos criados sobre o medievo, como é o caso das percepções sobre vikings e escandinavos estudados pelo autor. Langer afirma ainda que no ensino de história medieval “um procedimento interessante do ponto de vista didático pode ser o uso combinado de fontes diferenciadas, levando o estudante a pensar os diversos suportes para um mesmo tema” (LANGER, 2009, p. 9).

É válido dizer que todos os roteiros existentes e que são usados no ensino de história tem sua importância para a educação. Mas, embora os recursos como jogos de tabuleiro, games, histórias em quadrinhos e vídeos tenham ganhado espaço como agente participante e ativo nas aulas, o livro didático permanece sendo o material mais utilizado pelos professores como suporte para realizações de suas aulas. Isso se deve a uma série de fatores, do quais o mais aceitável, talvez seja o fato de que o manual didático ainda seja o recurso mais acessível para professores e alunos e o recurso pedagógico de maior distribuição gratuita pelo Estado para as escolas. Assim sendo, entre as múltiplas vias que têm mobilizado os historiadores a pensar o ensino de história medieval, a que têm gerado mais estudos é o livro didático.

2.2. A Idade Média nos livros didáticos

Nesse campo, uma das principais referências é o trabalho *Possíveis Passados: representações da Idade Média no ensino de História* (2008), de Nilton Mullet Pereira e Marcelo Paniz Giacomoni, que evidencia os principais discursos sobre o medievo nos livros didáticos. A questão faz-se presente ainda em outros artigos de Nilton Mullet Pereira, como “Representações da Idade Média no Livro Didático” (2007) e “Imagens da Idade Média na cultura escolar” (2009). Do mesmo modo, cabe lembrar o estudo de Marcelo Pereira Lima “Representações da Península Ibérica medieval nos livros didáticos: os (des) compassos entre a escola e a academia” (2012), que apresenta algumas características do medievo presentes na cultura escolar e na mentalidade social. Através desses estudos torna-se possível um melhor entendimento sobre como o pensamento escolar tem discutido as características da Idade Média e, dentro dela, a presença da Igreja e sua importância no período.

O estudo de Pereira e Giacomoni (2008), a fim de esclarecer fatos sobre o ensino da Idade Média na cultura escolar, promove uma importante discussão a respeito de conceitos relacionados ao medievo nas publicações didáticas. Apontando primeiramente

para uma discussão acerca das representações da Igreja na Idade Média, os autores dividem sua análise em três pontos: no primeiro, eles analisam manuais da primeira metade do século XX; em seguida, os manuais de inspiração marxista de meados do século (anos 70, 80 e 90); e, por fim, fazem um apanhado sobre a Idade Média nos manuais didáticos atuais. Nessa última parte, os autores discutem uma prática bem comum nos manuais didáticos, a generalização dos conteúdos, e destacam dois pontos importantes: o feudalismo e a sociedade medieval. Na concepção dos manuais didáticos atuais, segundo Pereira e Giacomoni, o feudalismo é tido como um sistema homogêneo e definidor da Idade Média, sem limites temporais ou espaciais (2008, p. 93). Conforme os autores, pensa-se ainda a sociedade como elemento estruturalmente construído sob a divisão das três ordens e isso se torna característica geral dos grupos sociais durante toda a Idade Média.

Pensar esses dois setores do medievo é importante para uma melhor compreensão do período, mas nesse momento nos limitamos à discussão sobre a Igreja e suas características, evidentemente buscando entender as configurações da instituição a partir dos manuais didáticos analisados por eles.

De acordo com o estudo, os livros didáticos apresentam a construção de uma identidade, ou melhor, identidades, sobre a Igreja na Idade Média que não integra todas as dimensões de uma instituição que esteve presente em todos os âmbitos do medievo. Esse tipo de discurso não nos possibilita entender como o clero atingiu os diversos setores da sociedade, visto que os livros analisados por Pereira e Giacomini ora apresentam uma Igreja restritamente sobre o caráter salvador, apresentando características de uma instituição que durante Idade Média permaneceu como detentora e promotora do bem comum, destacando conteúdos que acabam se limitando ao caráter religioso da instituição, ora destacam esta como “a própria estrutura ideológica do que se chamou de Modo de Produção Feudal” (2008, p. 73).

Ao pensar os olhares escolhidos pelos manuais didáticos para abordar a Idade Média, Pereira e Giacomoni pautam sua análise sob a noção do que eles chamam de “Dispositivo de medievalidade”. Eles partem do conceito de dispositivo de Michel Foucault a fim de entender como a visão de Idade Média se faz nas escolas através do livro didático. Dessa forma, para eles, um dispositivo discursivo consiste em ajustar o “modo como olhamos para o mundo e para nós mesmos, valendo-se de práticas que levam o indivíduo a olhar para si mesmo e a construir uma verdade sobre si e sobre o mundo” (2008, p. 24). Nessa concepção, afirmam que ele, o dispositivo, dá visibilidade

e permite pensar na veracidade ou falsidade dos objetos. Sobre a lógica do dispositivo discursivo, Deleuze relata que:

Para Foucault, o dispositivo discursivo é um amálgama que mistura, o enunciável e o visível; palavras e as coisas; discursos e arquiteturas; programas e arquiteturas; formação discursiva e formação não-discursiva. Dispositivos são, para ele, máquinas concretas que com as relações que estabelecem e misturam, geram sentidos na sociedade (DELEUZE, 1987 apud KLEIN, 2007, p. 216.).

Essa formação identitária e social recai sobre o medievo criando várias interpretações, os então dispositivos. Pereira e Giacomoni afirmam que a história trata-se de uma continuidade de tempos, de arquivos, de dispositivos que fazem suas valorações, que criam “seus modos de dizer verdadeira ou falsamente, que circunscreve os temas e os objetos os quais os homens se ocupam” (2008, p. 19). Ainda sobre isso os autores alegam que:

A partir dos manuais didáticos de História, o dispositivo de medievalidade estabelece, no âmbito do espaço escolar, as fronteiras da verdade sobre o medievo, por meio de duas formas: pela via de práticas discursivas, como exercícios, leituras dirigidas, leituras de imagens e outras estratégias de apresentação dos materiais pedagógicos; e pelas práticas não discursivas, como as instituições que criam programas de distribuição de livros didáticos, processos de controle editorial, circulação dos manuais como produtos mercadológicos e a conseqüente imposição do próprio livro como suporte didático por excelência. (PEREIRA & GIACOMONI, 2008, p. 25).

Assim, entende-se o dispositivo de medievalidade como um meio de compreender como pensamos a Idade Média, seja na escola, por meio dos livros didáticos, seja na sociedade, através da mídia cinematográfica, televisiva e da produção literária.

O estudo de Nilton Mullet Pereira (2007) trabalha alguns fatores que evidenciam características importantes para entendermos como determinados autores discutem a ideia do medievo, e a partir disso, se cria uma mentalidade sobre a Igreja na Idade Média. É plausível reconhecer que “as idades médias” existentes na mentalidade contemporânea fundamentam diferentes caminhos para se entender o que foi a Idade Média em sua essência, e uma dessas interpretações se deve à sala de aula. Em vista disso, Pereira afirma que:

Nos dias de hoje parece haver duas Idades Médias que transitam no imaginário da nossa sociedade: uma delas é veiculada através das escolas e, obviamente, das publicações didáticas utilizadas para o ensino de história. Trata-se do que eu chamo de a Idade Média da cultura escolar. Ou seja, um conjunto limitado de representações que formam um discurso coerente e acessível às novas gerações, sob o estatuto e a legitimação da ciência histórica, pois o que está escrito nos textos e dito pelo professor é considerado, evidentemente, com tendo estatuto de verdade objetiva. Tudo estaria no seu lugar – afinal de contas a escola possui o status de ser a instituição que transmite os conteúdos das pesquisas científicas - se as representações que a escola continua a divulgar sobre a Idade Média não estivessem em desacordo com a atualidade da pesquisa sobre a civilização medieval (PEREIRA, 2007. p. 4).

Mas, em termos conceituais, o que são essas Idades Médias? Sobre essa questão, Pereira destaca duas linhas de interpretação. A primeira remete à cultura escolar, onde pouco se encontra o fantástico, o mítico e a magia, o que se observa são conteúdos dotados de preconceitos e generalizações. A segunda trata da Idade Média transmitida através da mídia (cinematográfica e televisiva) e da literatura, que difunde a ideia de um medievo permeado pela magia, pela fábula e pelas gloriosas aventuras dos cavaleiros (PEREIRA, 2007). A partir dessas visões percebe-se o quão esse período recebe elementos interpretativos que em parte distorcem a realidade da época.

No estudo de Pereira e Giacomoni (2008), de forma geral, os livros didáticos apresentam uma Idade Média não muito diferente do que hoje ainda é comum no ensino escolar sobre o período; uma história não problematizada, generalizada e, em certa medida, parcial. Em alguns casos exaltando o papel da Igreja como salvadora da civilização ocidental, em outros, ressaltando seu poder estrutural e material para com a sociedade. Os autores identificam três diferentes olhares sobre a Idade Média. O primeiro, presente nos manuais da primeira metade do século XX, segundo eles, “mostrará uma Igreja que preserva, mescla e cria o que haverá de melhor no medievo” (2008, p. 41). No segundo, fruto das publicações de inspiração marxista, a “igreja deixa de ser aquela instituição unificadora que salvou a Europa da barbárie e passa a ser parte de um sistema de dominação e de exploração” (2008, p.74). Já no terceiro, como também discutido por Pereira (2007), os autores sugerem a presença de “duas Idades Médias” no imaginário social. Uma delas remete às produções cinematográficas e literárias, a outra, eles se referem como a “Idade Média da cultura escolar”. Nesta

última, o medievo aparece recheado “de generalizações e de preconceitos construídos a partir do olhar contemporâneo sobre o medievo” (2008, p. 79).

Assim, se parte das obras analisadas por Pereira e Giacomoni (as da primeira metade do século XX) apontam para o caráter mais religioso/litúrgico das ações da Igreja no medievo, a análise de Elizabete Custódio da Silva Ribeiro e Terezinha Oliveira, no artigo “O papel histórico da Igreja na Alta Idade Média: Uma análise dos Livros Didáticos (2008)”, já segue um caminho diferente. Os manuais vistos por Ribeiro e Oliveira assinalam questões acerca de uma igreja mais institucional e apontam que essa instituição que “propiciou o nortear de uma sociedade, que salvaguardou a cultura e o conhecimento graças ao labor dos monges copistas”, não se semelha a mesma que se apresenta nos livros didáticos analisados. Para as autoras, “em geral, os livros analisados trazem uma abordagem de Igreja na Alta Idade Média: a de dominadora, tirana, aproveitadora e que assim se comportou durante toda a medievalidade” (RIBEIRO & OLIVEIRA, 2008, p.3).

As análises de Ribeiro e Oliveira (2008) e Pereira e Giacomoni (2008) sobre o papel da Igreja no medievo, ressaltam como diferentes interpretações podem aparecer acerca do ensino sobre o período. Cabe destacar que a Igreja no medievo, conseqüentemente, abrangeu todos os setores da sociedade, estando presente tanto nos ritos religiosos, como na administração social, mas sua posição deve ser analisada sobre todos os aspectos para que o papel da Igreja não se apresente dissociado e sobre uma visão limitada, seja temporal ou espacial, e que haja uma integração entre o religioso e o institucional, não rompendo as ideias de um para ressaltar a importância do outro.

Ao discutir o papel histórico da Igreja, Ribeiro e Oliveira (2008) nos colocam diante de uma interpretação distante daquela apontada pelos primeiros manuais analisados por Pereira e Giacomoni (2008), como se a própria instituição eclesial seguisse caminhos diferentes no período, e que cada um permanecesse sob um conjunto de interpretações individuais. Como afirma Baschet (2006), a instituição eclesial não é homogênea, mas apesar de uma série de diferenças internas, ela se sustenta como unidade. É sobre essa afirmação que ela deve ser interpretada, deixando de ressaltar suas divergências internas, para compreender sua ação como unidade.

Os estudos sobre a Idade Média se transformam em um verdadeiro mosaico. Cabe trazer para discussão o trabalho de Edlene Silva “Livros didáticos e ensino de história: a idade média nos manuais escolares do ensino fundamental” (2011). Silva discute a relação do livro didático com o ensino de história e, para ela, essa ferramenta

tem importância fundamental no ensino, pois influencia diretamente na vida dos alunos, sendo em grande parte a única referência histórica que eles terão acesso. Uma das críticas da autora se dá ao fato dos autores não problematizarem a divisão das três ordens em servos, nobres e clero, como se só existissem esses três setores no medievo e fossem separados sem possuir qualquer relação. No que tange à Igreja, essa não problematização de uma diversidade social deixa transparecer que a Igreja possuía poder central e em nenhum momento pôde ser questionada sobre qualquer questão, inexistindo assim alguma relação com as demais camadas sociais que formavam o medievo.

Bem como os autores citados, Marcelo Pereira Lima também traz algumas contribuições acerca do assunto. Em “Representações da Península Ibérica medieval nos manuais didáticos: os (dês) compassos entre a escola e a academia” (2012), o autor analisa como os manuais didáticos atuais têm trabalhado a Península Ibérica e suas características na Idade Média. Pautando sua análise em cinco manuais didáticos, Lima analisa cada livro de forma individual e destaca que dentro das discussões sobre a Idade Média, a Península Ibérica quase não é mencionada ou pouco aparece, e quando aparece ainda se mostra sob percepções limitadas a ilustrações ou comparações. Pereira e Giacomoni em um pequeno trecho também citam a ausência da Idade Média Ibérica nos manuais didáticos, a qual, segundo eles, tanto diz sobre os latino-americanos (2008, p. 93).

Um fato a se destacar é que nos manuais analisados por Lima, a Idade Média também é apresentada sob um olhar marginalizado, com a intenção apenas de retratar, e não problematizar o período como parte do processo histórico do qual o legado ocupa lugar nas discussões do presente. Sobre o processo de marginalização e/ou esquecimento de temas medievais, e os limites do desenvolvimento do medievalismo no Brasil, Lima critica a “escassez de bibliografia que tornou e torna difícil o acesso, sugestão e divulgação de novos temas e novas abordagens diferenciadas sobre os estudos medievais ibéricos” (LIMA, 2012, p. 191). Deste modo, Lima afirma a respeito dos estudos do medievo que:

Boa parte dos autores não tenta ver a Idade Média em seus próprios termos, analisando-a em função dos tempos vindouros. Determinados “países” ou reinos são priorizados dentro de uma perspectiva teleológica, pois o papel do texto didático seria ajudar a entender as razões presentes na Idade Média que deram “origem” (o termo é

usado explícita ou implicitamente) aos Estados e Economias modernas e contemporâneas. Então, França, Inglaterra e Alemanha deveriam ser estudadas, porque protagonizaram a vida política, militar, econômica, cultural e religiosa na modernidade ou contemporaneidade. Portugal e Espanha só teriam relevância como temas escolar-científicos em função da sua relação com o processo de expansão comercial e marítima, que teria resultado na colonização do Novo Mundo (LIMA, 2012, p. 192).

As discussões acerca da temática medieval se fazem presente ainda na tese de Marcelo da Silva Murilo (2015), que trata sobre a Idade Média nos livros didáticos, dando ênfase à crise do século XIV. O autor cita o aumento dos estudos medievais no Brasil, e destaca que, se houve o aumento de tais estudos, houve também uma ampliação dos saberes a respeito do período. Mas, entre as questões levantadas por Murilo para justificar os estudos do medievo nos manuais didáticos, está a seguinte questão: “será que os saberes mais recentes apregoados pelos especialistas da área têm ganhado espaço nos livros didáticos?” (2015, p. 44). Ou seja, se houve uma ampliação dos saberes medievais, esses novos conhecimentos têm chegado às salas de aula do ensino básico? Essa questão é importante, pois tem como propósito evidenciar reflexões acerca das distâncias entre a produção historiográfica acadêmica e o conhecimento escolar, embora se entenda que o segundo deva ser o resultado da primeira. Não obstante, como consequência desse distanciamento, tem-se ainda a produção e circulação dos mitos e preconceitos sobre o medievo, resultado em grande parte da difusão de uma historiografia medieval “fantasiosa” divulgada pelo que Murilo destaca como as “novas redes de ensino”⁵.

Da mesma forma, Nilton Mullet Pereira em “A invenção do medievo: narrativas sobre a Idade Média nos livros didáticos de história” (2017), considera que “há uma recorrência de conteúdos que se referem ao campo da medievalidade”⁶. Dessa forma, o que ainda se perpetua nos livros didáticos é, em certa medida, a Idade Média “dos clichês, das festas repetidas à exaustão e das crenças que pouco se embasam na medievalística atual” (p. 175).

Pode-se dizer, então, que a história do medievo contada nos livros é uma história disciplinada, fria e não problematizada. É uma narrativa

⁵ Murilo considera como novas redes de ensino a internet, o cinema e televisão, bem como demais meios de comunicação visual ou sonora.

⁶ Por medievalidade, Pereira entende todos os estereótipos e preconceitos criados sobre o medievo e divulgados pelos diversos meios de difusão; entre eles o cinema, os jogos, as séries de TV, e também os próprios livros didáticos.

“descritiva e factual”, e ainda contínua, sem desvios, ou linhas de fuga. Trata-se de uma narrativa em negativo, ou seja, desenha-se uma dominação contra a qual não existem movimentos, nem revoltas camponesa, nem tabernas onde bebiam os jovens estudantes, nem heresia que contestaram o poder da Igreja, nem mulheres como Cristine de Pisan ou Hildegarda de Bingen, que se voltavam contra aquela sociedade, conhecida apenas por ser masculina e guerreira (PEREIRA, 2017, p. 274).

Pereira destaca que o livro didático faz parte de um processo de “narrativas sobre o passado que criam modos singulares de se olhar para o medievo” (2017, p.170). O autor aponta que os conteúdos da Idade Média nos livros didáticos de História consistem em um modo de reconstruir o passado segundo posicionamentos estéticos, éticos e políticos. Ou seja, para ele nem sempre a historiografia presente nos livros didáticos é resultado de estudos ou profissionais desatualizados, mas sim consequência de posições políticas da qual fazem parte o historiador e o professor de história, bem como as editoras (2017, p.173).

Assim sendo, se as ações mais atuais no campo da formação e da pesquisa têm resultado no aumento da produção dos saberes em história medieval, ao mesmo tempo têm indicado a necessidade de estudos voltados para análises dos meios de divulgação dessa produção na escola básica, responsável pela formação das novas gerações (MURILO, 2015, p. 45).

CAPÍTULO 3.

A IGREJA MEDIEVAL NOS MANUAIS DIDÁTICOS

3.1. A Igreja medieval: algumas considerações

É indiscutível a importância e participação da Igreja no medievo. A igreja cristã durante esse período participou ativamente dos diversos setores que administravam a sociedade medieval, estando presente em ações políticas, econômicas, administrativas e, principalmente, religiosas. Segundo Wim Blockmans e Peter Hoppenbrouwers, o cristianismo, mesmo com as influências recebidas da sociedade greco-romana, do judaísmo e de outras culturas, diferenciou-se das demais religiões devido ao seu apelo universal e aos seus princípios éticos (2012, p. 67). Durante a Idade Média, a instituição conseguiu criar subsídios necessários para se tornar uma das maiores e mais poderosas regentes da Europa medieval, senão a maior, tendo como alicerce de sustentação de seu domínio sua influência, riqueza e seus modos de conversão, que se pautavam principalmente na pregação da palavra divina através dos sacramentos cristãos, mas que em determinados casos usava o poder da espada.

O poder da Igreja não deve ser pensando apenas sob o viés religioso no sentido atual do termo, visto que a religião, sob a lógica como entendemos hoje, não existia na Idade Média (BASCHET, 2006, p 168). Para se entender o poder da instituição é preciso levar em consideração os dois “lados da moeda”: o poder material e o poder espiritual. Pode-se afirmar que ambos caminhavam de mãos dadas para manter a Igreja como uma das mais altas hierarquias do medievo ou como a “instituição dominante do feudalismo”. Nessa dualidade, o poder material vinha em primeiro lugar, e isso se dá, em maior grau, pela grande habilidade de acumulação de riqueza que a Igreja possuía, na qual grande parte dos cristãos, a partir do século IV, passa então a fazer doações para a Igreja com o intuito de promover a salvação de suas almas após a morte ou mesmo como forma de agradecimento de uma graça alcançada sob o intermédio do clero. Dessa atividade faziam parte tanto o simples camponês, que doava o pouco que tinha, bem como, principalmente, a camada nobre da sociedade. Esse movimento se prolongou durante grande parte da Idade Média, tendo seu auge nos séculos XI e XII, onde as doações feitas pelos príncipes e senhores passam a ser mais abundantes (BASCHET, 2012, p. 171).

Cabe lembrar a estrutura interna da Igreja pautada entre clérigos seculares e regulares que se faz importante para entendermos como se constituía a estrutura clerical e compreender a concepção de divisão entre clérigos e laicos. De acordo com Baschet, ao entrarem na ordem regular, os indivíduos optavam pelo isolamento, para assim fugir das coisas do mundo, enquanto que aqueles que optavam pela ordem dos clérigos seculares se mantinham na vida social comunitária, estando em contato com os laicos e tendo como função direta zelar pelas almas através da administração dos sacramentos e do ensinamento da palavra divina (BASCHET, 2006, p. 170). Ainda sobre isso, ser clérigo significava também uma questão de status e mudança de vida, não apenas sob o fator litúrgico, mas também social, dando àquele que o possui uma vida diferenciada das demais pessoas. Exemplo disso é que usufruindo do foro eclesiástico, os clérigos, caso cometessem alguma irregularidade, tenderiam a ser julgados por um tribunal formado por membros do clero, sem a presença de laicos. Porém, assim como toda hierarquia, a vida clerical possuía suas subdivisões e, se as ordens menores eram suficientes para obter o status de clérigo, somente a entrada nas ordens superiores ou na ordem monástica investia o clérigo de um poder simbólico perante a sociedade.

Em uma época onde o poder era medido pela riqueza e essa, principalmente, pela quantidade de terras, a Igreja se via como detentora de um poder significativo, pois possuía um grande percentual de terras sobre seu domínio, resultado de doações e conquistas⁷. Ao mencionar a riqueza e tudo que estava sob o domínio do poder eclesial, é preciso destacar que a Igreja não se constituía de uma instituição unicamente composta pelo alto clero, mas se encontrava dividida em diferentes setores da hierarquia eclesiástica e em seguimentos internos, tais como paróquias e bispados, além de outras divisões. Desta maneira, essa “associação de fieis” não se distinguia de qualquer outra forma de organização institucional, fazendo com que não possuísse um depositário central que concentrasse toda o acúmulo de riquezas. Contudo, não se pode ver a Igreja como autônoma e homogênea, muito menos tê-la como hierarquia total da Idade Média. Para isso, Baschet apresenta uma importante noção das relações políticas da Igreja no medievo ao afirmar que:

Clero e aristocracia são, assim, cúmplices na obra de dominação, aliados perante os dominados, mas também são concorrentes, como indica uma infinidade de conflitos, notadamente pelo controle das

⁷ Em geral, segundo Baschet, a Igreja teve sob seu domínio cerca de um terço e um quarto das terras na Europa durante os séculos medievais.

terras e dos direitos que estruturam a organização dos senhorios, tanto laicos como eclesiásticos. (Baschet, 2006, p. 169).

De fato, o complexo panorama das relações entre a Igreja e os diversos poderes temporais, nos vários territórios europeus, mostrava, desde os primórdios do século XI, uma situação pouco cômoda para a instituição eclesiástica (BARROS, 2009, p. 60). Daí se tem uma noção de que mesmo sendo uma instituição forte e coesa, a Igreja não teve um governo inquestionável ou ausente de contestações. Entretanto, a Igreja ainda possuía poder para manter-se forte perante contestações e sua grande influência provinha de diferentes fatores. O mais inerente era o divino, no qual os fiéis, que eram uma grande parcela da sociedade europeia medieval, teriam que recorrer aos meios da ordenação sacerdotal caso quisessem ser beneficiados pelas benesses que eles acreditavam vir de Deus, e isso dava aos membros do clero o papel de mediador entre os homens e a divindade. Deve-se lembrar de que o cristianismo era a religião oficial da Europa ocidental, logo, a Igreja mantinha para si a ordenação e controle de uma sociedade que a cada dia vivia os mandamentos cristãos.

De acordo com Le Goff, a história da Igreja na Idade Média caracteriza-se pela presença simultânea de dois modelos elaborados na Antiguidade: de um lado, a Igreja dos apóstolos e, de outro, a Igreja Imperial. A Igreja dos apóstolos caracteriza-se como aquela preocupada com o amor ao próximo, com a caridade, e acima de tudo com o bem comum. Enquanto que a Igreja Imperial limita-se ao poder do imperador e seus mandamentos, pode-se dizer uma igreja política. (LE GOFF, 2006, p.567).

Nas formas de poder e dominação, os líderes da Igreja começaram a ser vistos como autoridades, “uma fonte de doutrina religiosa”, porque explicavam a vontade de Deus, expressa na Bíblia. De um lado o poder político, de outro uma representação divina, que se mantiveram juntos para fortalecer ainda mais a Igreja. Essa era a Igreja cristã no medievo e essa dualidade talvez seja aquilo que represente o poder eclesial e uma das principais características dessa instituição. Segundo Baschet, “o clero constitui um grupo privilegiado e investido de um prestígio sagrado, que engloba, segundo toda verossimilhança, bem menos de um décimo da população medieval” (BASCHET, 2006, p.171). Assim, sobre qualquer análise, é indiscutível a importância da Igreja para a sociedade medieval, pois “só se tem a ganhar em considerar a Igreja a garantia de unidade da sociedade feudal, sua coluna vertebral e o fermento de seu dinamismo” (BASCHET, 2006, p. 169).

A Igreja durante grande parte do que temos como Idade Média teve sua participação ativa, em maior ou menor grau, nos setores que regiam os homens medievais; desenvolvendo atividades políticas/administrativas, e claro, regendo a sociedade sob os sacramentos cristãos. Essa talvez tenha sido umas das razões que fizeram com que a Igreja se tornasse tão importante no período. A Igreja possuiu características governamentais singulares que fizeram a instituição ganhar apoio de grande parte da população, dando-lhes condições para que pudessem viver de forma organizada sob o caráter civilizatório da então Igreja cristã.

Portanto, não é incorreto afirmar que a Igreja Católica manteve sob seu domínio os homens medievais, muito menos dizer que a instituição conseguiu manter-se soberana devido a isso. Mas não somente pode-se pensar seu domínio sob o caráter político/administrativo, deve-se levar em consideração aquilo que ela representava para as pessoas, uma unidade divina capaz de reger a sociedade, dando-lhes um caminho a seguir, mesmo que esse fosse associado à acumulação de poder e riqueza. Dessa forma, se a Igreja foi poderosa, foi porque o poder lhe foi entregue pela própria sociedade, que via ali um caminho para sua salvação material e espiritual.

3.2. A Igreja nos manuais didáticos

O conteúdo dos livros didáticos analisados mostra-se distante das considerações historiográficas sobre a Igreja na Idade Média. As obras apresentam a Igreja sobre um caráter mais próximo do institucional do que do religioso, centrada no acúmulo de riquezas, na posse de terras e na conquista de território, uma Igreja sedenta pelo poder e dotada de um sentimento possessivo, como entendemos nas palavras de Ricardo Dreguer e Eliete Toledo (2006) ao afirmar que “além de influenciar os conflitos com outros povos, a religiosidade também esteve presente nos conflitos entre os europeus”.

Em linhas gerais, as obras apresentam a Igreja a partir de eixos explicativos. Nos livros didáticos analisados a Igreja aparece posta como uma instituição política hierárquica, algo mais próximo do institucional do que do comunitário, litúrgico e social, onde a função religiosa, em sua maioria, fica quase sempre em segundo plano, ou mesmo pouco aparece. Não que ela não tenha alcançado o patamar de regente da sociedade, mas os homens medievais viam nela algo muito além disso.

Enquanto instituição regente de uma Idade Média intolerante, a Igreja, a partir dos livros didáticos, cria um cenário sobre processos e ações que embora protagonizasse

a homogeneização de práticas ditas culturais e litúrgicas, tendo estas como elo entre as pessoas, ou entre as pessoas e Deus, permanecem como sendo a força máxima e única presente no período. Destaca-se o peso de uma instituição mais política do que litúrgica, presente na maioria das obras.

Apenas um dos manuais apresenta uma discussão sobre o caráter salvador da Igreja, perspectiva que fica em segundo plano nas demais obras. Segundo o livro Joelza Ester Domingues:

Os homens da Igreja aconselhavam as pessoas a ter paciência e humildade. Lembavam os fiéis que os sofrimentos eram passageiros e que o importante era a vida eterna e a salvação da alma (...). A Idade Média foi marcada por grande religiosidade. Na primeira metade desse período, a principal preocupação da Igreja na Europa foi a conversão dos povos germânicos, chamados “bárbaros”. Costumes e valores germânicos misturaram-se aos cristãos, como o uso de amuletos. Inicialmente, a autoridade do papa foi contestada e nem todos os padre e bispos aceitaram o celibato, instituído na Igreja Católica no século V. Levou tempo para a igreja ocidental se organizar (...). Apesar dessa desordem, os fiéis acatavam a autoridade da Igreja e tinham-lhe grande respeito. Camponeses e camponesas se ofereciam para trabalhar nas igrejas como servos e servas, pois acreditavam que ali estariam sob a proteção de Deus e dos santos. Muitos senhores, arrependidos da violência que julgavam ter cometido, doavam terras e riquezas à Igreja em troca de missas e orações por suas almas. Essas doações, somadas às esmolas e aos dízimos fez a Igreja medieval acumular uma imensa fortuna (DOMINGUES, 2009, p. 32).

Essa característica unitária da Igreja, preocupada com o bem-estar das pessoas e a salvação das almas, uma Idade Média marcada pela religiosidade cristã não parece a mesma apresentada pelos manuais analisados. Parece-nos claro que nas palavras de Domingues predomina um clima harmônico na relação Igreja e sociedade, e destaca-se a relação com os bárbaros que sob a preocupação da Igreja foram convertidos e tiveram seus costumes misturados com os cristãos.

Em um trecho de um dos manuais analisados pode-se ver como era a vida dos clérigos e como a Igreja e seus membros se comportavam diante da sociedade. Atentemo-nos às palavras de Patrícia Ramos Braick e Myriam Becho Mota:

O imenso poder da Igreja Católica durante a Idade Média levou muitos historiadores a batizar esse período como Idade da Fé. Valendo-se de sua influência religiosa, **o clero exerceu um forte controle em diversos setores da vida medieval**, como na política, na

economia, na cultura e na moral (...). Todo esse prestígio era desfrutado principalmente pelos membros do alto clero, que por sua vez tinham origem na nobreza feudal. Os membros do baixo clero, muitos deles provenientes das camadas menos favorecidas, não desfrutavam dos mesmos benefícios (BRAICK & MOTA, 2006, p. 33). (grifo nosso).

No fragmento acima, Braick e Mota deixam transparecer as características de uma Igreja dominadora, cuja ênfase recai sobre os benefícios e regalias que a vida dos nobres podia oferecer e isso era resultado de sua superioridade sobre as classes que se encontravam abaixo da nobreza e, assim, do clero. Ao usar expressões como “imenso poder da Igreja Católica” e “o clero exerceu um forte controle”, percebe-se que em maior grau, na visão das autoras, a Igreja era isenta de qualquer tipo de contestação das classes inferiores e que seu imenso poder fazia com que a Igreja usasse sua influência para alcançar o prestígio social e político. Nota-se que mesmo fazendo referência à noção de “Idade da Fé”, o discurso presente no manual não trabalha as práticas religiosas como papel elucidador da Igreja cristã no período.

Um trecho de outro manual remete a pensar sobre as classes sociais e seus lugares em uma sociedade regida da Igreja. Parece claro, como nos manuais analisados por Nilton Pereira e Marcelo Giacomoni (2008), que a Igreja na Idade Média desconhecia conflitos, revoltas e mudanças em sua estrutura. Um dos pontos que merece atenção está relacionado à mobilidade social no medievo, que ainda é vista como ausente para grande parte dos autores. Em um trecho do manual de Maria Raquel Apolinário essa característica parece algo distante da realidade vivida no período:

Um bispo do século XI, chamado Adalberóm de Laon, resumiu em um poema a visão clerical da estrutura da sociedade feudal: havia os que oravam (clero), os que lutavam (a nobreza e os demais aristocratas) e os que trabalhavam (camponeses). Segundo o bispo, essa estrutura refletia a ordem celeste, representada pelo Pai, pelo filho e pelo Espírito Santo. Correspondia também à hierarquia celeste, constituída pelos santos (base), anjos (centro) e pela Trindade (topo). Alterar essa ordem seria o mesmo que ir contra a vontade de Deus (...). O primeiro critério de inclusão era o religioso: só seria incluído nessa sociedade (feudal) aquele que fosse batizado, pois esse era o ritual pelo qual a pessoa era introduzida na comunidade da fé. (APOLINÁRIO, 2007, p. 24).

Mas, mesmo em uma sociedade que, segundo o manual didático de Joelza Ester Domingues, vivia os valores de uma instituição litúrgica, onde os mandamentos cristãos

e as ordens impostas pela Igreja, em sua maioria, eram os caminhos que deveriam ser seguidos, como visto no trecho acima, a mudança de posições sociais e status eram constantes. Segundo Edlene Silva (2011), a mobilidade social era algo comum no medievo e abarcava todos os setores da sociedade, dos nobres aos camponeses. Assim como um membro da nobreza poderia perder suas posses e se tornar plebeu, um camponês, usando determinados meios, poderia ascender na vida e torna-se nobre. Silva faz uma crítica sobre como os autores trabalham a divisão das três ordens: os servos, os nobres e o clero. Sobre isso vale acrescentar um importante trecho de seu trabalho, no qual a autora afirma que:

Os autores não problematizam a divisão das três ordens: servos, nobres e clero para explicar a realidade social da Idade Média. É como se no medievo só existissem essas três categorias sociais e elas fossem bem definidas, com um papel específico e único a desempenhar, separadas umas das outras, sem entrelaçamentos e nuances entre si. Silencia-se toda e qualquer mobilidade social ou concomitância de papéis, ignorando que: bispos podiam ser senhores (muitos de origens humildes); nobres podiam também ser comerciantes e professores; um burguês poderia se tornar nobre ao comprar terras e títulos de nobreza (ou seja, a nobreza é hereditária, mas também adquirida); camponeses ou gente oriunda de estratos inferiores, por meio dos estudos universitários podiam se tornar administradores, advogados e altos funcionários reais (SILVA, 2011, p. 10).

Ao considerar a questão das três ordens, pautadas como alicerce de uma sociedade bem definida, a percepção que temos é que a estrutura social do medievo ainda repousa sobre a ideia de uma sociedade idealizada, onde a mobilidade social parece ser algo inexistente.

Outro trecho, agora do manual de Ricardo Dreguer e Eliete Toledo merece atenção. Parece que a Igreja durante toda a Idade Média foi pautada em tomar para si o poder e a partir dele exercer sua soberania sobre as pessoas, ou melhor, sobre seus fiéis:

A maioria das pessoas desse período preocupava-se em seguir os mandamentos religiosos, para garantir a salvação das suas almas após a morte[...] A importância do cristianismo garante grande prestígio e riqueza aos líderes religiosos, que eram considerados intermediários na relação das pessoas com Deus. Muitos nobres doavam feudos para a Igreja que, no século IX, chegou a ter cerca de um terço de todas as terras da Europa ocidental.

Os membros do alto clero exerciam o poder nas localidades em que viviam. Administravam as terras para a igreja, cobravam contribuições dos fiéis, realizavam julgamento. Isso demonstra a forte ligação entre

religião e poder. Esses religiosos eram quase sempre membros de familiares nobres e acabavam exercendo grande influência política. Além de comandar a exploração de feudos e controlar a política local, os membros do alto clero eram responsáveis pela fixação das normas que os fiéis deveriam seguir (DREGUER E TOLEDO, 2006, p. 42/43).

Em 380, quando o cristianismo passou a ser a religião oficial do Império Romano, a Igreja surgia como um novo caminho para grande parte da sociedade europeia. Assim, a Igreja passou a organizar a sociedade de acordo com seus preceitos, cuja ênfase recaía sobre o caráter da religião cristã e seus mandamentos. No fragmento acima, parece que os membros do alto clero permanecem como total detentores de um poder do qual a Igreja era dona e que isso fazia com que eles exercessem total autoridade sobre as pessoas. No entanto, cabe fazer aqui uma observação. Todo o poder da Igreja, seja espiritual ou material, não surge em um passe de mágica. E talvez o mais importante, não se trata de um poder consolidado de cima para baixo. Baschet afirma que:

O poder material da igreja repousa, em primeiro lugar, sobre uma excepcional capacidade de acumulação de terras e bens. O processo inicia-se desde o século IV, quando os cristãos começam a fazer doações à Igreja, especialmente nas vésperas do trepasse, a fim de assegurar a salvação de suas almas no além. Este fenômeno prolonga-se durante a Idade Média e as doações piedosas que os príncipes e os senhores fazem aos monastérios são particularmente abundantes no decorrer dos séculos XI e XII (BASCHET, 2006, p. 171).

É importante ainda avaliar o potencial da Igreja no medievo. A Igreja Católica esteve sendo durante um longo período (século VI ao XI), talvez a única instituição, após a queda do Império Romano, que se manteve apta a formar concepções de governo, pois, em maior ou menor grau, se via como a instituição com características mais organizadas. Portanto, concordando com a concepção de Ribeiro e Oliveira “podemos dizer que não é a Igreja que toma para si o poder, mas ela o tem concedido pela própria sociedade, à medida que era a única instituição com condições para responder por esta sociedade neste momento” (RIBEIRO & OLIVEIRA, 2008, p. 5).

A sociedade medieval era constituída por diferentes grupos sociais, indo do mais alto grupo da nobreza, ao mais simples camponês. Cada grupo desempenhava atividades que poderiam mudar de acordo com a condição em que o indivíduo se encontrava. Isso era o que caracterizava a estrutura social no medievo, um verdadeiro mosaico social.

Um trecho do manual de Maria Raquel Apolinário apresenta um elemento importante sobre as pessoas na Idade Média: a educação. Atentemo-nos às palavras de Apolinário:

Na comunidade cristã, o papel dos que oravam era muito importante, tanto no campo como na cidade. O clero dividia-se em dois grupos:
 Alto clero: seus membros estavam no topo da hierarquia social e compunha-se, em sua maioria, de pessoas nascidas nas famílias nobres. **Eles tinham terra e muito poder e geralmente eram os únicos que sabiam ler e escrever.**
 Baixo clero: eles viviam frequentemente como os camponeses: cultivavam a terra e atendiam aos pobres e necessitados das vilas e regiões próximas da paróquia (APOLINÁRIO. 2007 p. 26). (grifo nosso).

No manual de Patrícia Ramos Braick e Myriam Becho Mota encontra-se informação semelhante sobre a educação, mas que não recebem a devida problematização, o que pode levar os leitores a interpretações equivocadas:

Quase todos os membros do clero provinham da nobreza. Uma sociedade profundamente religiosa, os clérigos eram considerados os únicos capazes de mediar a relação entre Deus e os homens. O prestígio e a força do clero também se justificavam pelo controle que seus membros exerciam sobre a educação. Os clérigos eram praticamente os únicos letrados num mundo que pouquíssimos leigos sabiam ler e escrever (BRAICK e MOTA, 2006 p. 33).

Ao afirmar que os membros do alto clero “geralmente eram os únicos que sabiam ler e escrever” ou que “eram praticamente os únicos letrados num mundo que pouquíssimos leigos sabiam ler e escrever”, é evidente que as autoras provavelmente julgam tal caso com percepções limitadas.

Ainda sobre a lógica da divisão social, citada anteriormente, bem definida pelas três ordens, se faz necessário uma observação acerca do trecho acima. Se as pessoas eram divididas em classes: nobres, camponeses e clérigos, cada classe possuía características singulares e seus modos de vida, assim, vale lembrar que nos primeiros séculos da Idade Média a educação era direcionada exclusivamente a membros da aristocracia, do qual o alto clero fazia parte e, portanto, durante um longo período o acesso a educação, bem como a prática da leitura e da escrita, foi um recurso particular dessas pessoas. Se poucos leigos sabiam ler e escrever, como cita Braick e Mota, é por que as pessoas medievais eram da forma como sua “classe” lhes permitiu ser.

Em especial, a educação era para aqueles cujo objetivo era seguir a vida religiosa, visto que nos primeiros séculos da Idade Média grande parte das escolas estavam nos mosteiros, mesmo assim, nem todos que entravam na vida monástica tinham acesso aos meios educacionais em um primeiro momento. Pode-se dizer que o monopólio da educação era a garantia da soberania da Igreja.

O comércio na Idade Média, não muito diferente de outras épocas, é uma das razões pelo qual foi possível o contato entre diferentes grupos. As trocas comerciais fizeram o entrelaçamento entre diferentes culturas e costumes, seja na compra e venda de alimentos ou de objetos de ferro como espadas, facões e armaduras. Mas isso parece distante do que se encontra em um dos manuais, onde a autora afirma que “durante a Alta Idade Média, grande parte da Europa vivia isolada em feudos e mosteiros, em uma sociedade dominada pela Igreja Católica” (Braick e Mota, 2006, p. 51). Essa colocação leva a pensar que as relações sociais, comerciais e políticas com outros grupos sociais eram inexistentes e não faziam parte do cotidiano das pessoas que viviam nesses feudos. Uma visão bem diferente da de Edlene Silva, pois para ela a sociedade medieval rural possuía uma intenção à autossuficiência, porém, não se tratava de um mundo isolado ou totalmente autônomo, muito menos incomunicável com o universo citadino e comercial: “As próprias dificuldades da produção agrícola ou a existência de excedentes de produção forçavam o comércio entre feudos ou a comercialização nas feiras” (SILVA, 2011, p.17). Silva acrescenta que nem todos os servos da Idade Média eram desprovidos da terra ou presos a ela, existiam camponeses livres e proprietários de terra. O “isolamento” parece, assim, um conceito um pouco equivocado sobre a questão, pois se as pessoas viviam dentro dos feudos era porque ali se encontravam protegidas de possíveis ameaças.

Também as cruzadas foram parte disso. O que se encontra sobre elas nos manuais é resumido como uma guerra santa contra os infiéis muçulmanos⁸, a fim de reconquistar a Terra Santa, onde um dos principais incentivos era o perdão dos pecados daqueles que se pusessem a participar dos combates, além de permitir que pequenos nobres e camponeses buscassem terras e riquezas no Oriente. Não se encontra qualquer discussão acerca do contato, além do combate, entre os povos nessas peregrinações. Silencia-se toda e qualquer ação além de lutas e saques. O contato entre as pessoas, as

⁸ Cabe destacar que o manual *História: das cavernas ao terceiro milênio*, de Patrícia Braick Ramos e Myriam Becho Mota, cita os turcos otomanos como invasores de Jerusalém (2006, p. 62), associando ao ramo turco dos conquistadores de Constantinopla (1453) o protagonismo das investidas seldjúcidas da época das Cruzadas.

trocas comerciais, culturais e religiosas acabam não tendo espaço na discussão que remetes às cruzadas, levando os leitores a entender que esse movimento tinha um caráter puramente maligno e sangrento “em nome da fé”. Em apenas um dos manuais encontra-se uma referência à diversidade das ações resultantes das cruzadas, porém limitadas. No manual de Alfredo Boulos Júnior os motivos são apresentados, porém não são problematizados onde se pode obter uma explicação mais clara:

Em 1071, porém, a Terra Santa [...] foi conquistada pelos turcos de religião muçulmana... a primeira reação concreta da liderança cristã foi o discurso do papa Urbano II, em 1095, que convocava os cristãos para uma guerra santa contra os infiéis muçulmanos, afim de reconquistar a Terra Santa Muitos cristãos europeus atenderam ao chamado do papa Urbano II. Iniciaram-se assim as cruzadas, expedições militares que partiam da Europa cristã a fim de combater os muçulmanos no Oriente [...]. As cruzadas reuniram milhares de pessoas: homens, mulheres, crianças, nobres e camponeses, ricos e mendigos, civis e religiosos.

Motivos: a esperança de obter a salvação eterna, pois a igreja prometia aos participantes o perdão dos pecados; o desejo de melhorar de vida (pobres e famintos); nobres (sem terra) obter terras no Oriente; os mercadores queriam aumentar o comércio com o Oriente; unir os cristãos (católicos e ortodoxos) (BOULOS JUNIOR, 2004 p, 78/77).

Toda discussão acerca do medievo requer cautela. É muito comum encontrar em livros didáticos generalizações que levam os leitores a pensar a Idade Média como um período homogêneo da história, sem conflitos, contradições e mudanças, sejam elas políticas ou sociais. Algumas informações, se comparadas com outras de caráter acadêmico, mostram que a ausência de uma reflexão sobre o assunto pode ocasionar interpretações erradas sobre a história.

O papel da Igreja foi fundamental para que a Idade Média pudesse ser tão vasta em questão territorial e populacional. Um dos fatores que influenciou isso foi o uso da religião para converter os chamados “bárbaros”, cujas características pagãs não se encaixavam e assim não eram aceitas numa Europa cada vez mais católica. A conversão de novos povos, dos quais a maioria foi derrotado em batalhas, era mediada entre seus líderes e os clérigos católicos. Vale lembrar, uma conversão em grande parte forçada. Nos manuais didáticos esse ato consta com um importante veiculador do poder da Igreja. Mas algumas informações aparecem desencontradas em relação a isso, como no trecho do manual de Joelza Ester Domingues:

O único traço de união entre os reinos e os feudos do continente europeu era o Cristianismo. A igreja esforçou-se por converter os reis bárbaros ao Catolicismo. Após a conversão do rei ocorria a de seus guerreiros e seu povo. O papa era respeitado em toda a Europa Ocidental. Muitas vezes, somente ele conseguia acabar com disputas, refazer alianças ou conter o ímpeto guerreiro dos senhores feudais (DOMINGUES, 2009, p. 26).

A relação entre rei e população nem sempre foi marcada por laços harmoniosos nos diversos períodos da história, em maior ou menor grau nota-se a existência de revoltas, disputas e conflitos, e durante a Idade Média, em determinados momentos, a ausência de uma relação harmoniosa dava lugar a precipitações sociais. Mas é relevante afirmar que as disputas entre os grupos dominados e os grupos dominantes estavam quase sempre pautadas sob a desigualdade, seja ela pela posse de armas, ou qualquer outro tipo de recurso necessário. Dessa forma, dando maiores possibilidade para que o grupo dominante prevalecesse. No fragmento acima citado, Domingues aponta para a importância da união entre os povos e a busca por converter e unir os grupos considerados bárbaros, tendo como base a força do catolicismo. Mas ao afirmar que “após a conversão do rei ocorria a de seus guerreiros e seu povo” a autora deixa transparecer que as pessoas tinham autonomia para escolher seguir ou não a religião do império, e ainda, que o catolicismo era a única religião passível de ser adotada pelos bárbaros: “Embora com frequência aderissem à doutrina heterodoxia do arianismo”. Além disso, o cristianismo aparece como sendo a única força presente na Idade Média capaz de promover qualquer tipo de organização social com características sólidas.

Segundo Blockmans & Hoppenbrouwers, (2012), a conversão da população ocorria automaticamente após seu líder ser convertido, pois as pessoas deveriam seguir o exemplo do seu senhor. Sobre isso vale acrescentar um trecho dos autores:

Todos os guerreiros deveriam seguir o exemplo do senhor e líder. A conversão não era apenas um ato individual de fé, e sim uma ação coletiva no âmbito de um sistema de clientela. Uma variação disso, era que as pessoas convertidas consideravam que sua família (*familia*) inteira havia sido convertida. Assim, milhares de escravos e servos foram automaticamente contados como cristãos, depois da conversão de seus senhores aristocratas ou após terem sido entregues a uma instituição da Igreja. A opinião dos dessas pessoas ou dos francos livres comuns a respeito do Cristianismo não era levada em consideração. (BLOCKMANS & HOPPENBROUWERS, 2012, p. 92).

Se por um lado o cristianismo era a religião oficial do império e prevalecia em grande parte do continente europeu, durante o início da Idade Média a presença do cristianismo não foi tão marcante em determinados lugares. Isso se deu porque as chamadas invasões bárbaras causaram um recuo do cristianismo nesses lugares, dando espaço para diferentes movimentos religiosos. Assim sendo, é possível perceber que, em grande parte, os textos didáticos ainda não trazem uma discussão acentuada sobre o papel da Igreja na Idade Média e acabam por (re)passar uma imagem que, em certa medida, se opõe ao processo do qual a Igreja teve importante participação, e assim constroem representações singulares sobre um período tão vasto, repleto de tensões, rupturas e movimentos sociais significativos para a historiografia medieval, mas que, em maior ou menor grau, acabam não tendo espaço dentro da historiografia didática. Portanto, “dizer que a Igreja é a instituição dominante da sociedade medieval não significa que seu poderio se imponha sem limites nem contestações” (BASCHET, 2006, p. 244).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formulação de um livro didático faz parte de um processo longo e heterogêneo que envolve uma série de participantes. Da formulação do conteúdo à impressão, a obra passa por diferentes pessoas cujo objetivo é fazer com que ele se torne cada vez mais atraente a seus consumidores, pois como bem discute Circe Bittencourt, trata-se de um objeto mercadológico, e tal concepção tem influência direta na qualidade desse material, o que será distribuído e usado nas escolas. Assim sendo, toda e qualquer discussão acerca desse item ressalta a importância de ser fazer novas reflexões sobre ele, a fim de elevar e ponderar sua importância para o ensino.

O intuito do ensino de história nas escolas é formar cidadãos críticos e analíticos, capazes de entender seu lugar social e assim sua participação na sociedade. Saber interpretar e problematizar questões sociais relativas à história a partir das fontes, dentre elas o livro didático, é fundamental para isso. A simplificação de conteúdos, característica dos manuais didáticos, eleva a importante função do professor na sala de aula a um nível cada vez mais alto. Não apenas repassar dados, mas discutir com os alunos as informações que ali estão presentes. O uso do texto didático é marcante e assume papel crucial na sala de aula, dispondo não apenas o acesso ao conteúdo, mas servindo também como incentivo à prática da leitura. Não quer dizer que a leitura se resume ao livro didático, mas que, muitas vezes, é ele o material mais próximo e acessível aos estudantes e, inclusive, aos professores (PEREIRA, 2007, p. 2).

Nosso trabalho não buscou declarar o livro didático como um entrave na prática do ensino, mas sim trazer a necessidade de se instalar conjuntos de críticas, cujo objetivo visa melhorar a forma como os conteúdos históricos são investidos. Ademais, torna-se importante debater percepções gerais acerca dos conteúdos em busca de avanços pedagógicos e metodológicos para a educação. O livro didático como fonte e suas informações históricas são possivelmente as primeiras que o aluno irá receber e armazenar. Pode-se ressaltar que mudanças de rumos significativas nas percepções acerca da história podem não dar visibilidade a temas que levem os alunos a interpretações adequadas, ocasionando sequelas em sua aprendizagem. Um caminho a ser seguido “seria estimular uma formação mais adequada de um corpo docente mediador na construção do conhecimento, capaz de analisar e utilizar o material didático de forma crítica e criativa, ao invés de superestimá-lo ou mesmo aboli-lo” (SILVA, 2011, p. 28).

Contudo, a proposta de analisar a presença da Igreja através de uma Idade Média bem generalizada nos manuais didáticos envolve elementos não apenas pedagógicos, mas também disciplinares. Toda e qualquer discussão atual sobre a Idade Média incorpora elementos abstratos que muitas vezes acabam transformando esse período em um quebra cabeça cuja junção das peças requer cautela e um bom empenho. Assim como todo conteúdo histórico difundido através do livro didático, o medieval ainda traz consigo uma série de subjetividades massificadas em forma de carga disciplinar, que costuma se repetir em diversas obras. Assim, em muito esquecido ou até abandonadas, as características econômicas, políticas e sociais do medieval vão perdendo sua centralidade no processo de ensino-aprendizagem.

Embora alguns autores tenham o medieval como um período religioso pautado na fé em Cristo e na prática de seus mandamentos, em maior grau ainda se perpetua no ensino, através do livro didático, a lógica de uma Igreja medieval não tão representativa em seu caráter religioso, litúrgico ou qualquer outro conceito que se encaixe nesse eixo. As singularidades da Igreja Católica no medieval destacadas nos manuais que analisamos representam em grande parte aquilo que se tem encontrado no ensino de história dentro das escolas: generalizações, silenciamentos, exclusões, etc., que recaem não somente sobre o medieval, mas também sobre os demais períodos históricos.

Com base na discussão feita sobre os modos de mostrar a Idade Média, percebe-se que, em geral, a preocupação dos manuais, acerca do papel histórico da Igreja, foi de mostrar uma instituição evidentemente centrada no monopólio do poder, centralização política, domínio e riquezas. Passa-se a imagem de uma instituição hegemônica, hierárquica e que assim se manteve durante todo o medieval. Nota-se ainda que não há nenhuma preocupação em discutir as relações sociais do período com o intuito de trazer para os dias atuais e para a sala de aula uma abordagem diferenciada sobre o período. Assim, ao elucidar o papel histórico da Igreja, concordando com Ribeiro e Oliveira, é evidente que a forma como a Igreja é destacada contribui para que seu papel na história seja esquecido ou equivocadamente compreendido (RIBEIRO & OLIVEIRA, 2008, p. 7).

Por fim, todas as informações didáticas que remetem ao medieval e assim traçam uma história sobre o papel da Igreja devem ser alvo de reflexões criticamente construídas. Cabe ainda dizer que os preconceitos que caem sobre a Idade Média tem em sua totalidade uma participação acentuada dos manuais didáticos, cujos conteúdos, de acordo com nossa análise, contribuem para uma visão de cunho negativo sobre o

período. Ressalta-se ainda que as informações trazidas por eles precisam ser revistas, sob o risco de sequelas no ensino da história e, especificamente, para o entendimento sobre o período medieval. Assim, possivelmente as compreensões equivocadas e errôneas sobre Idade Média serão tratadas com maior delicadeza e seriedade. Em vista disso, afinal, o que precariza a Idade Média são suas feis características ou a forma como olhamos para ela?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes: Livros didáticos

APOLINÁRIO, Maria Raquel. *Projeto Araribá: História*. 7ª ano do ensino fundamental. São Paulo: Moderna, 2007.

BOULOS JÚNIOR, Alfredo. *História, Sociedade e Cidadania*. 6ª série do ensino fundamental. São Paulo: FTB, 2004.

BRAICK, Patrícia Ramos &, MOTA, Myriam Becho. *História: das cavernas ao terceiro milênio: Da formação da Europa medieval à colonização do continente americano.*, 7ª ano do ensino fundamental. São Paulo: Moderna, 2006.

DOMINGUES, Joelza Ester. *História em documento: Imagem e Texto*. 7ª ano do ensino fundamental. São Paulo: FTB, 2009.

DREGUER, Ricardo &, TOLEDO, Eliete. *História, conceitos e procedimentos*. 7ª ano do ensino fundamental. São Paulo: Atual, 2006.

Bibliografia

BASCHET, Jérôme. *A civilização feudal. Do ano mil à colonização da América*. Prefácio Jaques Le Goff. São Paulo, Globo, 2006.

BARROS, José D'Assunção. Cristianismo e política na Idade Média: as relações entre o papado e o império. *Horizonte*, Belo Horizonte, v. 7, n. 15, p. 53-72, dez. 2009.

BITTENCOURT, Circe. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. São Paulo. Cortez, 2008.

BLOCKMANS, Win & HOPPENBROUWERS, Peter. *Introdução à Europa medieval: 300-1550*. Rio de Janeiro: Gen/Forense Universitária, 2012.

FONSECA, Selva Guimarães. *Didática e Prática de Ensino de História*. 7ª ed. Campinas, São Paulo. Papirus, 2003.

FRANCO, Alexia Pádua. Uma conta de chegada: a transformação provocada pelo PNLD nos livros didáticos de História. In: MAGALHÃES, Marcelo, et al. (org). *Ensino de História: usos do passado, memória e mídia*. Rio de Janeiro: FGV, 2014, p. 143-164.

GIACOMONI, Marcello Paniz; PEREIRA, Nilton Mullet (orgs.). *Jogos e Ensino de História*. 1ª edição, Porto Alegre, Evangraf, 2013.

KLEIN, Otávio José. A gênese do conceito de dispositivo e sua utilização nos estudos midiáticos. *Estudos em Comunicação*. n° 1, p. 215-231, 2007.

LANGER, Johnni. O ensino de história medieval pelos quadrinhos. *História, imagens e narrativas*, n.8, abril 2009, p.1-24.

LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (Org.). *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. São Paulo: Imprensa Oficial de São Paulo/Edusc, 2006, vol. 1.

LIMA, Marcelo Pereira. Representações da Península Ibérica Medieval nos livros didáticos: os (des)compassos entre a escola e a academia. *Revista de História comparada*, Rio de Janeiro, 165-196, 2012.

LIMA, Douglas Mota. História em quadrinhos e ensino de História. *Revista História Hoje*, v. 6, n°11, p. 147-171, 2017.

MACEDO, José Rivair. Repensando a Idade Média no Ensino de História. In: KARNAL, Leandro (org.). *História na sala de aula. Conceitos, práticas e propostas*. São Paulo: Contexto, 2008, p.109-125.

PEREIRA, Nilton Mullet & GIACOMONI, Marcello Paniz. *Possíveis Passados: representações da Idade Média no ensino de História*. 1ª. ed. Porto Alegre: Zouk, 2008. v. 01. 128p.

PEREIRA, Nilton Mullet. Imagens da Idade Média na cultura escolar. *Aedos*, v.2, n.2, 2009, pp.117-127.

_____. A invenção do medievo: narrativas sobre a Idade Média nos livros didáticos de história. In: ROCHA, Helenice, REZNIK, Luis, MAGALHÃES, Marcelo de Sousa (org.). *Livros didáticos de história: entre políticas e narrativas*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017, p. 169- 184.

_____. Representações da Idade Média no Livro Didático. In: *Anais do XXIV Simpósio Nacional de História*, São Leopoldo, 2007, p.1-9.

RIBEIRO, Elizabete Custódio da Silva. O papel histórico da Igreja na Alta Idade Média: uma análise dos livros didáticos. In: *Anais do VII Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul*. Itajaí, Santa Catarina. 2008, p. 2- 9.

SILVA, Edlene. Livros Didáticos e ensino de História: a Idade Média nos manuais escolares do ensino fundamental. *História & Ensino*, Londrina, v. 17, n. 1, p. 07-31, jan./jun. 2011.

SILVA, Marcelo Soares Pereira da. O livro didático como política pública: perspectivas históricas. In: ROCHA, Helenice; REZNIK, Luís; MAGALHÃES, Marcelo de Sousa

(org.). *Livros didáticos de história: entre políticas e narrativas*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017, p. 101-120.

VILLALTA, Luiz Carlos. O Livro Didático de História no Brasil: perspectivas de abordagem. *Rev. Pós-História*, Assis, São Paulo, v. 9, p. 39-59, 2001.

ANEXOS

Programa Nacional do Livro Didático – 2017. Dados estatísticos por Estado – Ensino Fundamental e Médio

UF	Alunos Beneficiados				Escolas Beneficiadas				Quantidade de Exemplares				Valores de Aquisição			
	Ensino Fundamental		Ensino Médio	Total	Ensino Fundamental		Ensino Médio	Total	Ensino Fundamental		Ensino Médio	Total	Ensino Fundamental		Ensino Médio	Total
	Anos Iniciais	Anos Finais			Anos Iniciais	Anos Finais			Anos Iniciais	Anos Finais			Anos Iniciais	Anos Finais		
AC	61.672	62.414	42.001	166.087	184	545	155	726	195.089	480.605	265.896	941.590	1.702.248,91	3.858.612,15	2.709.221,01	8.270.082,07
AL	145.835	189.569	101.797	437.201	584	612	240	1.120	460.943	1.425.456	564.662	2.451.061	3.958.121,12	11.452.068,54	5.739.308,46	21.149.498,12
AM	265.237	286.915	179.729	731.881	807	2.350	405	3.020	862.860	2.225.338	1.005.378	4.093.576	7.256.540,61	18.572.185,33	10.524.464,83	36.353.190,77
AP	57.582	49.485	36.439	143.506	172	233	117	369	195.098	363.202	204.807	763.107	1.613.800,28	3.011.563,03	2.034.980,03	6.660.343,34
BA	576.784	816.142	490.749	1.883.675	3.124	3.536	1.190	6.751	1.947.100	6.115.532	2.473.165	10.535.797	16.187.315,29	48.949.169,45	25.142.553,45	90.279.038,19
CE	354.808	461.743	328.406	1.144.957	1.658	2.908	664	4.087	1.261.400	3.524.463	1.767.819	6.553.682	9.692.046,41	28.072.422,78	17.374.358,56	55.138.827,75
DF	142.472	133.276	80.273	356.021	350	219	102	532	422.005	984.400	388.147	1.794.552	3.902.038,59	7.930.168,42	3.897.226,11	15.729.433,12
ES	215.417	193.977	111.997	521.391	839	845	315	1.295	623.325	1.425.623	558.343	2.607.291	5.461.960,52	11.523.221,93	5.477.819,14	22.463.001,59
GO	360.351	333.397	211.717	905.465	1.434	1.487	666	2.488	1.054.429	2.549.133	1.047.691	4.651.253	8.975.570,13	20.571.507,34	10.380.143,54	39.927.221,01
MA	325.072	494.061	299.134	1.118.267	1.722	4.120	861	5.708	1.120.238	3.779.608	1.579.908	6.479.754	8.895.188,67	30.429.364,05	15.653.439,83	54.977.992,55
MG	1.086.882	1.046.608	716.399	2.849.889	4.439	4.513	2.392	6.882	3.277.450	7.628.547	3.397.645	14.303.642	28.747.217,85	61.088.308,07	34.338.959,16	124.174.485,08
MS	170.202	157.120	85.158	412.480	605	698	322	878	517.682	1.172.265	393.052	2.082.999	4.245.867,50	9.291.500,49	3.982.488,72	17.519.856,71
MT	191.545	185.476	145.439	522.460	804	1.291	500	1.599	635.347	1.432.462	732.905	2.800.714	5.325.857,82	11.528.794,08	7.359.644,85	24.214.296,75
PA	465.974	545.883	331.195	1.343.052	1.644	3.377	569	4.683	1.474.239	4.074.348	1.728.140	7.276.727	12.037.366,81	33.904.735,71	17.388.956,13	63.331.058,65
PB	164.920	211.799	110.227	486.946	1.145	1.055	416	1.835	534.649	1.585.738	648.854	2.769.241	4.452.727,79	12.874.319,52	6.431.773,91	23.758.821,22
PE	354.881	459.627	302.731	1.117.239	1.600	1.643	839	3.004	1.157.768	3.502.292	1.637.718	6.297.778	9.480.260,28	28.165.852,08	16.300.917,36	53.947.029,72
PI	149.686	187.999	131.429	469.114	849	1.491	536	2.277	516.480	1.457.851	830.847	2.805.178	4.412.566,09	11.722.373,20	8.123.425,73	24.258.365,02
PR	624.592	575.302	381.830	1.581.724	2.260	1.954	1.554	4.325	1.810.866	4.147.628	1.465.648	7.424.142	15.218.325,16	33.400.837,86	14.774.780,32	63.393.943,34
RJ	518.406	652.071	443.696	1.614.173	2.511	2.329	1.197	4.289	1.475.489	4.919.445	2.133.930	8.528.864	12.502.208,29	39.708.552,96	21.150.962,28	73.361.723,53
RN	147.561	177.944	111.496	437.001	815	888	307	1.403	441.076	1.309.990	629.570	2.380.636	3.752.765,41	10.434.871,10	6.233.730,78	20.421.367,29
RO	111.021	107.668	55.433	274.122	388	553	195	768	381.239	816.514	306.144	1.503.897	3.208.165,56	6.603.284,91	2.988.130,49	12.799.580,96
RR	30.909	37.595	21.663	90.167	102	239	142	338	72.493	285.572	114.061	472.126	544.143,04	2.317.073,80	1.207.378,96	4.068.595,80
RS	548.709	556.575	322.976	1.428.260	3.356	4.313	1.168	4.985	1.401.536	4.119.618	1.438.479	6.959.633	12.296.040,66	33.132.579,28	13.805.271,80	59.233.891,74
SC	349.710	337.052	177.212	863.974	1.718	1.742	773	2.372	980.826	2.475.020	1.087.694	4.543.540	8.306.557,13	19.840.391,14	11.171.167,46	39.318.115,73
SE	87.264	120.127	67.133	274.524	485	604	175	856	271.973	899.983	376.006	1.547.962	2.392.629,71	7.246.473,45	3.765.833,30	13.404.936,46
SP	2.236.724	1.755.868	1.481.518	5.474.110	6.191	5.528	4.148	10.429	6.223.231	13.390.423	6.266.890	25.880.544	53.862.343,78	107.899.608,96	63.336.753,90	225.098.706,64
TO	110.223	102.846	62.234	275.303	523	629	280	982	382.259	776.357	320.231	1.478.847	3.166.385,34	6.280.223,41	3.254.118,64	12.700.727,39
Res. Téc.									2.209.602	2.349.125	247.495	4.806.222	18.459.099,87	19.691.193,45	2.624.744,70	40.775.038,02
Total	9.854.439	10.238.539	6.830.011	26.922.989	40.309	49.702	20.228	78.001	31.906.692	79.216.538	33.611.125	144.734.355	270.055.358,62	639.501.256,49	337.172.553,45	1.246.729.168,56

Fonte: FNDE, 2018. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/programas-do-livro/livro-didatico/dados-estatisticos>